

JÚLIA GONÇALVES PERES

**PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS CUSTOS DA PESQUISA NACIONAL
POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Maury Raupp

Florianópolis, SC

2018

P437p

Peres, Júlia Gonçalves

Proposta de sistematização dos custos da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua / Júlia Gonçalves Peres. - 2018.

100 p. il.; 29 cm

Orientador: Fabiano Maury Raupp

Bibliografia: p. 83-87

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2018.

1. Custos - Administração financeira. 2. Administração pública - Santa Catarina. 3. Sistemas de informação gerencial. I. Raupp, Fabiano Maury. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD: 658.1553 – 20.ed.

JÚLIA GONÇALVES PERES

**PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS CUSTOS DA PESQUISA NACIONAL
POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador:

Dr. Fabiano Maury Raupp
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membros:

Dr. Arlindo Carvalho Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Dr^a. Fabrícia Silva da Rosa
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, ___/___/2018.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu orientador, Prof. Fabiano, por todo o suporte, auxílio e compreensão; por todo o conhecimento compartilhado nesse momento delicado e importante.

Quero agradecer à minha família por me ensinar o caminho do estudo, do esforço e da conquista. Pelo amor em todos os momentos.

Quero agradecer aos professores, à UDESC e aos amigos que fiz no mestrado - foi um período incrível!

RESUMO

Esse estudo tem por objetivo propor a sistematização dos custos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Florianópolis, Santa Catarina. A apuração de custos no serviço público é obrigatória e necessária para fins gerenciais, o que demanda que os órgãos promovam, de acordo com as características e recursos que possuem, meios de alimentar os sistemas governamentais que consolidarão os custos no País. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua compõe o portfólio de trabalhos desenvolvidos pelo IBGE, e caracteriza-se como objeto desse estudo. Foram abordadas as principais questões teóricas acerca dos sistemas de custos: as questões legais e normativas, a relevância da gestão de custos para o governo e os sistemas de custo sob a ótica do setor público. A pesquisa é do tipo descritiva, realizada por meio de um estudo de caso e documental, com abordagem qualitativa e a quantitativa. A coleta de dados ocorreu por meio da extração de informações em sistemas gerenciais internos e do Governo Federal, além de relatórios, planilhas e documentos organizacionais; tais dados foram organizados em planilhas eletrônicas e estruturados em ilustrações apresentadas no trabalho. A proposta de sistematização de custos consiste em algumas etapas que iniciam com a identificação dos gastos; na sequência, esses gastos são classificados entre custos diretos - prontamente atribuídos ao objeto de custo - e indiretos para os quais foi necessário estabelecer um critério de rateio. O critério utilizado foi a carga de trabalho do órgão em Santa Catarina, ou seja, quantos questionários foram colhidos em cada pesquisa realizada pelo Instituto. Após a definição do método de distribuição dos custos indiretos, atribui-se os custos diretos e indiretos e calculou-se o quanto a PNADC em Florianópolis custou em 2017. A partir da sistematização proposta, foi possível delinear um retrato da pesquisa, seus custos e o que pode ser inferido para promover discussões e melhorias. Com esse trabalho percebe-se a relevância da sistematização dos custos na administração pública para aprimorar a gestão e a qualidade de aplicação do gasto público na busca do bem-estar social, portanto a exigência legal de adotar essa ferramenta. Nesse sentido, a PNADC e o IBGE contribuem para a elaboração das políticas públicas que fomentam esse estado almejado para os cidadãos.

Palavras-Chave: Custos públicos. Gestão de custos. Inquérito domiciliar. IBGE. PNADC.

ABSTRACT

This study has as objective to propose the systematization of the costs of the Continuous National Survey by Sample Domiciles developed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics IBGE in Florianópolis, Santa Catarina. The determination of costs in the public service is obligatory and necessary for managerial purposes, which demands that the organs promote, according to the characteristics and resources that they have, means of feeding the governmental systems that will consolidate the costs in the Country. The National Continuous Household Sample Survey composes the portfolio of works developed by IBGE, and is characterized as object of this study. The main theoretical questions about cost systems were discussed: legal and regulatory issues, the relevance of cost management to government, and cost systems from the public sector perspective. The research is of the descriptive type, carried out by means of a case study and documentary study, with qualitative and quantitative approach. The collection of data occurred through the extraction of information in internal management and Federal Government systems, in addition to reports, spreadsheets and organizational documents; such data were organized in electronic spreadsheets and structured in illustrations presented in the paper. The proposal of systematization of costs consists of some steps that begin with the identification of expenses; these expenses are then classified as direct costs - promptly attributed to the cost object - and indirect costs for which it was necessary to establish a pro rata criterion. The criterion used was the workload of the organ in Santa Catarina, that is, how many questionnaires were collected in each study conducted by the Institute. After defining the indirect cost distribution method, direct and indirect costs are attributed, and it was calculated how much the PNADC in Florianópolis cost in 2017. From the proposed systematization, it was possible to delineate a picture of the research, its costs and which can be inferred to promote discussions and improvements. With this work it is possible to verify the quality of the administration systems of the public administration for the use of quality and quality of employment applications. In this sense, PNADC and IBGE contribute to the dissemination of public policies that promote this state for citizens.

Keywords: Public Costs. Costs management. Household survey. IBGE. PNAD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do IBGE	49
Figura 2 - Rede de relacionamento dos sistemas de custo	56
Figura 3 - Estrutura do Centro de Custo.....	57
Figura 4 - Programa Temático	74
Figura 5 - Etapas do sistema de custos proposto	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Custos incorridos no PI INFRA.....	59
Tabela 2 - Custos incorridos no PI PESQUISA	60
Tabela 3 - Custos incorridos com Pessoal	62
Tabela 4 - Custos incorridos com Diárias.....	63
Tabela 5 - Custos diretos da PNADC	66
Tabela 6 - Custos indiretos da PNADC	67
Tabela 7 - Cálculo de Carga de trabalho para a PNADC em Florianópolis	69
Tabela 8 - Custos indiretos com rateio	70
Tabela 9 - Custos indiretos de PI's e depreciação com aplicação de rateio.....	70
Tabela 10 - Custos da PNADC em Florianópolis.....	71
Tabela 11 - Custos da PNADC em Florianópolis por questionário.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC *Activit Based Costing*
AMS Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária
BDOSC Banco de Dados Operacionais de Santa Catarina
CFC Conselho Federal de Contabilidade
CIC Comissão Interministerial de Custos
CNE Conselho Nacional de Estatística
COINC Coordenação de Informação de Custos
CPPSS Comissão Permanente de Processo Seletivo
CPR Contas a Pagar e Receber
ENCE Escola Nacional de Ciências Estatísticas
GSBPM *Generic Statistical Business Process Model*
GPS Gerência de Planejamento e Supervisão
GRH Gerência de Recursos Humanos
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU Imposto Territorial Urbano
LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA Lei Orçamentária Anual
LRF Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MPU Ministério Público da União
NBC Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC TSP Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público
PE Planejamento Estratégico
PI Plano Interno
PIB Produto Interno Bruto
PINS Programa de Integração de Novos Servidores
PME Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNSB Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
POF Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA Plano Plurianual
SAPC Sistema de Administração de Pessoal Censitário
SCDP Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SCF Sistema de Contabilidade Federal
SDA Sistema de Dados Administrativos
SDA-SF Sistema de Dados Administrativos Suprimento de Fundos
SDA-RH Sistema de Dados Administrativos Recursos Humanos
SDF Sistema de Documentos Ficais
SERPRO Serviço Federal de Processamento de Dados
SIADS Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SICSP Sistema de Informações de Custos no Setor Público
SIGC Sistema de Indicadores Gerenciais de Coleta
SIGEPE Sistema de Gestão de Pessoas
SIGRH Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
SIOP Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal
SIPAC Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SIPD Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SISMAP Sistema de Mapeamento para Base Territorial
SOF Secretaria de Orçamento Federal
STN Secretaria do Tesouro Nacional
TCU Tribunal de Contas da União
UE-SC Unidade Estadual de Santa Catarina
UGE Unidade Gestora Executora
UGR Unidades Gestoras Responsáveis
UNSC Comissão de Estatísticas das Nações Unidas
UORG Unidade Organizacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	20
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	22
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos Específicos	22
1.3	CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DO ESTUDO.....	22
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1	ASPECTOS LEGAIS DO SISTEMA DE CUSTOS PÚBLICO	25
2.2	A NECESSIDADE DAS INFORMAÇÕES DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO ...	28
2.3	MÉTODOS DE CUSTEIO NO SETOR PÚBLICO	32
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1	OBJETO EMPÍRICO	39
3.2	TIPOS DE PESQUISA	40
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	41
3.4	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS	43
3.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	44
4	CARACTERIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA REALIDADE ESTUDADA	47
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ESTUDADO.....	47
4.1.1	O IBGE	47
4.1.2	Áreas de atuação do IBGE	50
4.1.3	A PNADC	52
4.2	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	54
4.2.1	Estágio atual da apuração de custos no IBGE	54
4.2.2	Levantamento dos custos da PNADC	58
5	RECOMENDAÇÕES E PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DE CUSTOS ...	65
5.1	PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS CUSTOS DA PNADC	65
5.1.1	Classificação dos gastos	66
5.1.2	Critério de rateio	68
5.1.3	Apuração dos custos	69
5.2	SÍNTESE DA PROPOSTA	76
6	CONCLUSÕES	79
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXO A - EXECUÇÃO POR PI 2017	89
	ANEXO B - CARGA DE TRABALHO UE-SC	99

1 INTRODUÇÃO

A apuração de custos na Administração Pública é, além de necessária e útil, determinada legalmente há algum tempo. A Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964), definiu que os serviços públicos industriais deveriam manter contabilidade especial para apuração de custos, receitas e resultados, além das escriturações contábeis e financeiras. Em seguida, o Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967), discorre sobre a contabilidade de custos da Administração Pública a fim de evidenciar os resultados da gestão. A Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, descreve em Brasil (2000, p. 28) seu art. 50 que “a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”.

Quanto à competência para tratar dos assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal, a Lei n. 10.180, de 06 de fevereiro de 2001 (BRASIL, 2001), que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal (SCF) do Poder Executivo, atribui à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Portanto, a STN, em sua Portaria n. 157, de 09 de março de 2011 (STN, 2011), dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal estruturado na forma de um subsistema da Administração Pública Federal e vinculado ao SCF. Sua aplicação traduziu-se no Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), que extrai dados dos sistemas estruturantes como SIAPE, SIAFI e SIGPLAN, para a produção de informações.

Apesar das orientações legais e das possibilidades promovidas pela adoção do sistema de custos do Governo Federal, o projeto ainda se encontra em processo de implantação. A Resolução n. 1.366, de 25 de novembro de 2011 (CFC, 2011), do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), determina em seu item 21, que

[...] o processo de implantação do SICSP deve ser sistemático e gradual e levar em consideração os objetivos organizacionais pretendidos, os processos decisórios que usarão as informações de custos segmentados por seus diferentes grupos de usuários, bem como os critérios de transparência e controle social. (CFC, 2011, p. 8).

Além da exigência legal, experiências nacionais e internacionais apontam que a mensuração e a divulgação de medidas de desempenho traduzem em ferramenta para mudanças nas organizações, como guia e medida de melhorias na aplicação de custos, na

tomada de decisão, na promoção da transparência e na qualidade dos serviços prestados (ALONSO, 1999). Ainda segundo o autor, a medida dos custos permite mensurar a eficiência ao ponderar os resultados obtidos mediante os custos para alcançá-los. Machado e Holanda (2010) indicam que o levantamento e o controle de custos propiciam aos gestores conhecer o quanto cada bem ou serviço público custa e essa informação o municiará para realizar escolhas mais adequadas à sociedade.

Mesmo existindo determinações e orientações para a implementação do Sistema de Informações de Custos no Setor Público (SICSP), muitos órgãos se encontram em fase de estudos e pesquisas sobre como atribuir custos aos serviços prestados. Este é o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que iniciou investigações acerca do assunto para prosseguir com a atualização dos sistemas eletrônicos e atender às exigências legais. Atualmente, o órgão possui uma Gerência de Custos com um servidor, subordinada à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, e conta com a colaboração de outros servidores em uma equipe multidisciplinar. Esse projeto encontra-se em fase de análise e identificação dos objetos de custos para direcionar os gastos, ou seja, como as atividades realizadas pelos pesquisadores podem ser atribuídas aos produtos do órgão. Para tanto, o presente estudo tem como intuito propor a sistematização dos custos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE em Florianópolis. Serão abordadas questões legais e gerenciais acerca do SICSP de modo a auxiliar o órgão a adequar-se a essa demanda.

1.1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Fundado em 1937, o IBGE é o principal órgão produtor de estatísticas de ordem econômica, social e demográfica no Brasil, de modo a suprir às necessidades de variados setores da sociedade civil e de diversos órgãos governamentais de todas as esferas. Sua missão é “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania” (IBGE, 2017, p. 1).

De modo a produzir e disseminar as informações estatísticas necessárias, o IBGE realiza investigações nas seguintes áreas: Estatísticas de âmbito Social e Demográfico; Estatísticas de Agropecuária; Estatísticas Econômicas; Índices de Preços e Contas Nacionais (IBGE, 2017). Uma das pesquisas realizadas pelo IBGE é a PNADC que:

[...] investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País (IBGE, 2014a, p. 1).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) não era realizada de forma contínua, quando surgiu em 1967, com a implantação do sistema de pesquisas domiciliares, e apresentava resultados trimestrais até 1970. A partir de 1971, o levantamento tornou-se anual com coleta no último trimestre de cada período. Historicamente, nos anos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, a PNAD foi suspensa para a realização dos Censos Demográficos (IBGE, 2014a).

Com a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), o IBGE passou a realizar a PNAD de forma contínua de modo a atualizar e integrar metodologias e conceitos internacionais, como os da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSC). A partir de outubro de 2011, a PNADC foi implantada em modelo experimental, de modo a propiciar ajustes necessários à aplicação da pesquisa. Somente em 2012 passou-se a aplicá-la em todo o território nacional com o fito de substituir a PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), descontinuada em 2016 (IBGE, 2014b; VAZ; BARREIRA, 2016).

A PNADC é realizada através de uma amostra de domicílios de modo a assegurar a representatividade dos resultados - 211.000 domicílios são permanentemente investigados a cada trimestre em aproximadamente 3.500 municípios. A periodicidade das informações é: *mensal* - concernente à força de trabalho para o nível geográfico Brasil; *trimestral* - acerca de indicadores relacionados à força de trabalho e características dos moradores (sexo, idade, cor, raça, educação); *anual* - envolve informações complementares ao trabalho; *variáveis* - trata-se de temas como migração, fecundidade, entre outros, e podem ser investigadas quanto a um trimestre específico ou aplicadas a cada trimestre e acumuladas para produzir resultados anuais (IBGE, 2014b).

Decorrente da transição, a PNADC passou a ocupar espaço e relevância no órgão, o que também demanda mais recursos: pessoal, materiais, financeiros entre outros; isso faz com que essa pesquisa seja alvo da atenção dos gestores. Ainda que se percebam as alterações provocadas pela nova dinâmica da pesquisa, o assunto é recente e demanda estudos e análises. Aliado às questões já apresentadas e às necessidades de adequar-se às exigências legais e à gestão de custos do Governo Federal, a PNADC surge como uma área de interesse para iniciar o levantamento e a apropriação dos custos das pesquisas aplicadas pelo IBGE. Nesse

contexto, percebe-se enquanto problemática que a falta de mensuração dos custos da PNADC para o IBGE em Santa Catarina dificulta o atendimento do órgão às exigências legais quanto à implementação dos sistemas de custos, bem como e dificultando também melhorias nos processos e na gestão da pesquisa.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para promover a construção desse trabalho foram desenvolvidos um objetivo geral e três objetivos específicos que auxiliaram o alcance do resultado.

1.2.1 Objetivo Geral

O estudo tem por objetivo geral propor a sistematização dos custos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua desenvolvida pelo IBGE em Florianópolis, Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

Em termos de objetivos específicos, busca-se o seguinte:

- a) identificar os custos necessários à realização da PNADC em Florianópolis;
- b) sistematizar a apropriação dos custos da PNADC em Florianópolis;
- c) propor a adoção da sistematização para outras regiões e outras pesquisas.

1.3 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DO ESTUDO

O IBGE, por meio da apuração de custos de uma de suas pesquisas, poderá obter subsídios para pautar seu desempenho na gestão dos recursos, na elaboração e na divulgação de informações sobre custos. A análise das atividades necessárias para o planejamento, a operacionalização e a divulgação da PNADC, resulta em um retrato da pesquisa que permite revisar os processos, identificar possíveis gargalos e entraves, aperfeiçoar a alocação de gastos do órgão, entre outros ajustes. A aplicação contínua da pesquisa, desde 2012, elevou a exigência de recursos e a incorporação de informações de outras pesquisas a colocou em destaque dentre os demais trabalhos desenvolvidos pelo Instituto.

O atendimento às exigências legais, que certamente chegarão a um prazo futuramente, será obrigatório ao IBGE. A proposta de sistematização dos custos da PNADC viabiliza uma parcela das informações necessárias para a implementação do SICSP e, ainda, pode permitir que o trabalho realizado balize e oriente o mesmo processo de sistematização de custos para as demais pesquisas realizadas pela entidade. Esse trabalho é um estudo piloto que pode, respeitadas as devidas peculiaridades e mediante adaptações imprescindíveis, ser replicado em propostas de sistematização para as demais pesquisas realizadas pelo IBGE em Santa Catarina. As etapas gerais sugeridas para alcançar os custos totais e unitários (por questionário de pesquisa) estão presentes em todas as atividades, assim como os critérios de atribuição de custos.

Para o Governo Federal, no que tange os organismos envolvidos no sistema de custos, o estudo é importante tanto para o cumprimento das exigências legais quanto na contribuição para um banco de informações dos custos e programas realizados pela administração com os recursos disponíveis. O conjunto de informações de gastos de todos os órgãos federais formará uma visão das aplicações dos insumos do governo, além de promover medidas de avaliação e balizar planejamentos, mudanças, reestruturações em função dos valores disponíveis e sua alocação projetada.

A sociedade se beneficiará de potenciais melhorias resultantes do estudo quanto às informações que refletem os custos das atividades da Administração Federal. Isso pode potencializar o exercício da cidadania e o consequente interesse e envolvimento com o governo, com as políticas formuladas e com os serviços e produtos que provém da aplicação do dinheiro público. A transparência pública é fundamental para a integração entre sociedade, cidadãos, setor público e iniciativa privada; todos esses elementos possuem interesses complementares nas relações que suportam, também, a atuação do governo na busca do funcionamento do País.

Em termos acadêmicos, o assunto custos é recente e incipiente, apesar das primeiras publicações na década de 60, haja vista as questões que devem ser discutidas, refletidas e elucidadas. Raupp e Drehmer (2016) apontam que a escassez de estudos em órgãos da administração federal precisa ser sanada, devido à obrigatoriedade de implementação de sistemas de custos em todos os entes. Os autores ressaltam o papel da academia nesse sentido, para estimular o aproveitamento das informações de custos na prática. Para que o sistema de custos do Governo Federal seja satisfatoriamente implantado, os órgãos devem realizar pesquisas quanto aos conceitos e às metodologias de gestão de custos alinhadas à área pública para então analisar como aplicá-los aos seus produtos e produzir informações íntegras e

fidedignas. Trabalhos como esse incitam e aprimoram o debate sobre o tema, promovem a continuidade ou novas pesquisas na mesma linha de pesquisa e suportam investigações futuras. Além disso, o tratamento do assunto no âmbito das pesquisas domiciliares, e mesmo das estatísticas oficiais, parece ser escassa.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura desse trabalho está apoiada na construção de seis seções. Na seção introdutória, apresenta-se uma contextualização do assunto abordado, o problema identificado, os objetivos dele oriundos e as contribuições tencionadas com o desenvolvimento dessa pesquisa. O excerto seguinte traz o alicerce teórico sobre o qual foi possível compreender os conteúdos, com escritos acerca dos custos públicos: os aspectos legais, as necessidades de informação e as metodologias de apuração. Na terceira seção estão as questões metodológicas: o objeto de estudo, a classificação da pesquisa, a forma de coleta e análise dos dados, e as limitações da investigação. A quarta seção expõe-se a conjuntura da realidade examinada, a apresentação dos resultados da análise dos dados e o produto proposto desse enquadramento. Na quinta seção estão as propostas de intervenção para o IBGE em relação à PNADC em Florianópolis, cenário dessa pesquisa, quanto ao processo de sistematização dos custos. Por último, as considerações finais obtidas, seguidas pelas referências utilizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção aborda as principais questões teóricas acerca dos sistemas de custos. Inicialmente, as questões legais e normativas são expostas, com a cronologia das medidas regulamentais da contabilidade de custos na Administração Pública. Também é apontada a relevância da gestão de custos para o governo, e como as informações de custo podem beneficiar as decisões nessa área. Os sistemas de custo são explorados, voltados ao setor público, com o intuito de ponderar as vantagens e as desvantagens de cada método. Então, há uma associação entre a realidade estudada e o método mais adequado a ela.

2.1 ASPECTOS LEGAIS DO SISTEMA DE CUSTOS PÚBLICO

O primeiro registro legal da preocupação com os custos na Administração Pública no contexto brasileiro aparece na Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964), que estabelece normas para elaboração e controle dos orçamentos e balanços em todas as esferas do País. Em Brasil (1964, p. 17) seu art. 85 determinou que:

[...] os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

No art. 99 da referida Lei (BRASIL, 1964) é mencionado que os serviços públicos industriais utilizarão de contabilidade especial para averiguação dos custos, receitas e resultados, não obstante os registros patrimoniais e financeiros. Em seguida, o Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967), que aborda acerca da organização e da reforma da Administração Federal, retoma o assunto sob uma visão gerencial ao discorrer que a contabilidade tem de apurar os custos do serviço para demonstrar os resultados da gestão pública.

Outro ponto importante no tratamento do assunto sob enfoque legal foi o trecho da Lei Complementar Federal n. 101, de 06 de fevereiro de 2001 (BRASIL, 2001), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que dispõe sobre normas de finanças públicas orientadas à responsabilidade na gestão fiscal, e determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disporá sobre “[...] normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.” (BRASIL, 2001, p.

3). Em adendo, em seu art. 50, trata do sistema de custos na esfera legal ao apontar que a “[...] Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.” (BRASIL, 2001, p. 28).

O Tribunal de Contas da União (TCU), através do Acórdão n. 1078, de 01 de julho de 2004 (TCU, 2004), determinou que a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) procedesse com sistema de custos que permitisse à Administração Pública Federal a avaliação e o acompanhamento da gestão financeira e orçamentária (CHING; SILVEIRA; FREIRE, 2011). Para atender ao acórdão, foi estabelecida uma Comissão Interministerial de Custos (CIC), por meio da Portaria Interministerial n. 945, de 26 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005), com o intento de elaborar estudos e apresentar orientações, métodos e procedimentos para fomentar a implantação do sistema de custos na Administração Pública Federal.

Quanto à competência para o desenvolvimento e a implantação de um sistema de custos Federal, a Lei n. 10.180, de 06 de fevereiro de 2001 (BRASIL, 2001), que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo institui, em seu art. 15, que o Sistema de Contabilidade Federal (SCF) tem como objetivo escriturar os atos e fatos que envolvem a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, além de evidenciar “[...] os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.” (BRASIL, 2001, p. 5).

O art. 17 da mesma Lei aponta a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) como órgão central integrante do SCF. Portanto, a STN, por meio da Portaria n. 157, de 09 de março 2011 (BRASIL, 2011), dispôs sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal estruturado na forma de um subsistema da Administração Pública Federal e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal. Essa mesma portaria cita que os órgãos setoriais, também integrantes do SCF, são unidades de gestão interna responsáveis pelo Sistema de Informações de Custos (SIC). Em conjunto com a STN, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) desenvolveu um sistema Data Warehouse alimentado com informações geradas pelos sistemas governamentais: SIAFI, SIAPE e SIGPLAN.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou, através da Resolução CFC n. 1.128, de 21 de novembro de 2008 (CFC, 2008), as primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). A NBC T 16.2 estabelece que o Sistema Contábil Público é composto por cinco Subsistemas de Informações Contábeis, dentre eles o subsistema de custos. Assim, a implementação dessas normas possibilita informações que auxiliem os gestores em tomada de decisões e na transparência da aplicação dos recursos públicos (SANTOS; ALMEIDA, 2012).

O CFC expediu, por meio da Resolução CFC n. 1.366, de 25 de novembro de 2011 (CFC, 2011), a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Essa Norma estabelece o conceito, o objeto, a finalidade e os princípios para a mensuração e evidenciação dos custos para o Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP). Fica definido que o SICSP é obrigatório a todas as entidades públicas e que, ainda que diversos dispositivos legais estipulem a apuração de custos como requisito de transparência e controle, a Norma salienta a relevância gerencial da informação de custos.

Voltando-se para uma vertente administrativa, a NBC T 16.11 (CFC, 2011, p. 2) discorre sobre os objetivos de levantar os custos dos bens e serviços ofertados pela Administração Pública:

3. O SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos têm por objetivo:
 - (a) mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;
 - (b) apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades;
 - (c) apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço;
 - (d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados;
 - (e) apoiar programas de controle de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

Conforme ressaltam Kappke e Souza (2013), as informações provenientes do SICSP possuem grande relevância para a Administração Pública, pois se torna possível aprimorar a aplicação dos recursos públicos, além de fomentar análises acerca de políticas públicas e dos excessos de gastos. Apontam, ainda, que conquanto o SICSP seja obrigatório desde 1º de janeiro de 2012 para todas as entidades do setor público, o sistema encontrava-se em fase de implantação por ser assunto recente no contexto brasileiro.

O art. 6.º da Portaria STN n. 406, de 20 de junho de 2011 (STN, 2011), atualizou o prazo para adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais para aplicação gradual a partir de 2012 com prazo para integralidade até o final do exercício de 2014. Findo o prazo, com vistas ao estágio de adoção pelos entes do Governo Federal, a STN publicou a Portaria n. 548, de 24 de setembro de 2015 (STN, 2015), com anexo do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis que traz uma lista com novos prazos e exigência de cronograma de atividades para a alcance das etapas de cada tema nas três esferas de governo. O documento anexo discorre sobre as normas do CFC e cita a norma que trata da informação de custos no setor público, ressaltando que o Conselho é responsável pela edição das NBC TSP, com os

indícios conceituais da Contabilidade Pública, enquanto a STN é responsável pela edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) que apresenta regramentos contábeis para a consolidação das contas públicas e orienta a adoção das Normas.

A primeira medida prática do Governo Federal no caminho de estruturar as informações de custos ocorreu com a orientação do Comunica 2018/0566550, de 09 de Abril de 2018 (STN, 2018), emitido pela Coordenação de Informação de Custos (COINC) da STN e transmitido em caixa de mensagem do SIAFI, que desde 16 de abril de 2018 tornou obrigatório a todas as unidades gestoras pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social o preenchimento da aba centro de custos no subsistema contas a Pagas e Receber (CPR) no SIAFI. Segundo a Macrofunção SIAFI 021133 - Centro de Custos, atualizada em 01 de novembro de 2015, a utilização da ferramenta de centro de custos possibilita uma informação mais detalhada do assunto uma vez que os registros serão captados pelo SIC.

Para que a sistematização de custos não se torne apenas um instrumento custoso para cumprir exigências legais aos órgãos fiscalizadores, Ferrer e Lima (2007) reforça a necessidade de criar indicadores de avaliação. Esses indicadores compõem a base de um sistema de custos útil de modo a solucionar as questões de implementação de mudanças no setor público.

Conforme Mauss e Souza (2008, p. 2), “mesmo com a legislação direcionando a obrigação da utilização das informações de custos nas administrações, isso não tem ocorrido”. Um dos motivos, segundo os mesmos autores, é a escassez de literatura voltada à área de custos públicos. Os autores citam que, apesar de a legislação exigir implantação de um sistema que faça o controle sobre os custos incorridos e que possa oferecer informações concretas que auxiliem na tomada de decisões aos administradores, a mesma legislação não determina como e nem de que forma possa se fazer a implantação de um sistema de custos. Dessa forma, os autores complementam que existe a previsão legal de que a apuração dos custos deve ser utilizada pelas entidades públicas, mas não existe uma normatização específica sobre como deve ser processada.

2.2 A NECESSIDADE DAS INFORMAÇÕES DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

Dentre as diversas razões para adotar procedimentos que permitam mensurar os custos públicos, Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) defendem que a mais relevante é conhecer os custos das políticas e programas realizados pelo governo por meio dos recursos arrecadados. O conhecimento do direcionamento dos gastos públicos resulta na melhoria de sua aplicação,

permite a redução de dispêndios e desperdícios sem comprometer serviços e programas essenciais. Isso decorre da transparência e da possibilidade de um controle democrático que permita à sociedade intervir e pressionar para furtar-se de decisões irresponsáveis e para delinear prioridades no uso dos recursos.

A transparência se traduz na informação amplamente disponível e acessível àqueles que serão diretamente afetados pelas decisões governamentais (KIM et al., 2005). A informação de custos, segundo Rezende, Cunha e Cardoso (2010), permite essa transparência e a promoção da *accountability* (entendida como a responsividade dos agentes públicos na prerrogativa de suas ações), além de foco em resultados e melhorias no provimento dos serviços públicos. Para viabilizar a atuação da sociedade no contexto de promoção dos custos públicos,

[...] pesquisadores e analistas têm o papel de levantar questões relevantes à eficiência da gestão pública e difundir o status quo, assim como gerar conhecimento, e com isso até vir a desafiar as práticas de gestão de modo a induzir o aprimoramento das mesmas. Desta forma, este grupo demanda informações de custos para avaliar o efetivo uso da informação e testar hipóteses e suposições que desafiam as teorias vigentes (CARDOSO; AQUINO; BITTI, 2011, p. 1575).

Assim, informações acerca dos custos públicos são essenciais para o enfoque na qualidade do gasto público. Alonso (1999) reforça que sem tais informações não há como medir a eficiência da Administração Pública, uma vez que a eficiência é a razão entre resultados e esforços para alcançá-los. Os indicadores de custos possibilitam uma avaliação criteriosa e substancial das organizações, além de permitir que ideais voltados a resultado e economicidade permeiem as práticas públicas.

Em consonância com a evolução das relações econômicas, a terceirização e a privatização permeiam também as coisas públicas. Portanto, segundo Slomski (2008), conhecer os custos das entidades fomenta escolhas entre produzir ou adquirir produtos e serviços; ou, ainda, terceirizar ou privatizar serviços.

Os recursos da Administração Pública provenientes da sociedade, em suas formas de tributação, para manutenção do Estado, compõem um orçamento limitado que justifica apuração e aprimoramento das informações da aplicação de recursos públicos na prestação de serviços. Slomski (2010) aponta para a necessidade da transparência nas relações entre cidadãos e Estado, para que a prestação de contas viabilize a avaliação de desempenho dos representantes públicos.

Para Monteiro, Ribeiro e Ferreira (2006) é evidente que o controle dos gastos por parte do governo com base em uma contabilidade de custos torna-se essencial para a Administração

Pública; isso porque permite mensurar e avaliar a qualidade dos gastos seja em relação aos insumos empregados, a mão de obra, o tempo gasto para a realização de atividades e os demais custos indiretos incorridos na prestação dos serviços coletivos. Esses elementos são essenciais para determinação da alocação e otimização dos recursos públicos e a gestão.

A principal função do setor público é caracterizada pela prestação de serviços, portanto seu principal custo é com os salários dos servidores, que são comumente diretos. Reis, Ribeiro e Slomski (2005) asseveram que a alocação dos custos indiretos aos centros de custos é difícil devida a complexidade dos serviços prestados pela Administração Pública, o que acaba levando a atribuição desses custos ao setor administrativo geral. Assim, ao examinar o controle de gastos no setor público, é necessária cautela na redução de gastos para não sacrificar áreas que atinjam o atendimento ou o usuário. Os autores discorrem sobre a atenção ao corte de gastos públicos:

Sob esta ótica o gestor público, muitas vezes por ter um desconhecimento de como os custos estão distribuídos pelas atividades, acaba por prejudicar algumas atividades que são de extrema importância social, mas que sob o ponto de vista técnico administrativo não possuem distinção de outras atividades com caráter menos essencial. Esta falta de visão do sistema público como um todo, interagindo com a sociedade, pode provocar uma tomada de decisão ótima do ponto de vista macroeconômico, mas que não atende aos princípios de gestão eficiente dos recursos públicos, quando vistos pelos beneficiários fins dos serviços oferecidos (REIS, RIBEIRO, SLOMSKI, 2005, p. 3).

O setor público apresenta peculiaridades únicas, em comparação ao âmbito privado. Isso porque o Estado não executa suas funções com vistas ao lucro e, portanto, a concepção da apuração de custos toma outros moldes, características e objetivos. Se no campo privado o custo das organizações é examinado sob a ótica da redução de custos em função dos ingressos de recursos, na seara pública o foco é no bem-estar social que configura um item subjetivo no momento de definição dos custos do serviço público mantido na busca desse ideal. A manutenção de serviços de saúde, educação, ou segurança independe de forma ou valor, mas é atribuição irrecusável do Estado. O orçamento público deve conciliar a crescente escassez de recursos às necessidades de execução, o que limita as ações da Administração Pública. O Estado, para disponibilizar serviços, recolhe compulsoriamente parte da riqueza da população, por meio de tributação que alimenta o orçamento (GIACOMONI, 2002).

Leone (2008) discorre sobre um senso de que a contabilidade de custos não encontra propósito na área pública, uma vez que os serviços públicos são obrigatórios. Porém, dentre outras finalidades, as técnicas de custos permitem perceber *deficit* na oferta de serviços e na substituição de modelos mais austeros, ou, ainda, fomentar a cobrança de usuários que

possuem condições para contribuir. Assim, o autor delinea a contabilidade de custo como ferramenta de controle de despesas e operações das atividades públicas.

Como o objetivo principal do governo é a gestão dos recursos públicos no desempenho dos serviços aos cidadãos, e não a lucratividade, a adoção de um sistema de custos proporciona, principalmente, a aferição de eficiência e mecanismo de gestão dos serviços oferecidos. O modelo gerencial da Administração Pública esgota-se na ênfase dos controles formais e do cumprimento das leis, deflagrando correntes que apoiam um modelo embasado na gestão de resultados, voltado ao aperfeiçoamento da performance do governo e na qualidade dos serviços públicos (REIS, RIBEIRO, SLOMSKI, 2005).

Por se tratar de uma ferramenta de controle, o sistema de custos na Administração Pública favorece uma gestão que propicia aprimoramento na qualidade e na quantidade de serviços coletivos ofertados pelo governo. Monteiro, Ribeiro e Ferreira (2006), explicam que essas ações incrementam a inclusão social por meio do aumento de atendimentos, de investimentos públicos e de acesso geral aos serviços indispensáveis.

Mauss e Souza (2008) indicam a contabilidade de custos, dentre outras ações, para alcançar a almejada eficiência no setor público, uma vez que possibilita apreciar a destinação de recursos para cada ação para embasar o processo decisório. Contudo, a gestão pública está pautada em normas e legislações que vinculam as ações dos agentes públicos que só são permitidos a decidir e a executar em consonância com a legislação.

No mesmo entendimento, a NBC T 16.11 fala sobre o SICSP como uma ferramenta de planejamento e orçamento para aprimorar os mecanismos por meio das informações de custos:

O SICSP deve estar integrado com o processo de planejamento e orçamento, devendo utilizar a mesma base conceitual se se referirem aos mesmos objetos de custos, permitindo assim o controle entre o orçado e o executado. No início do processo de implantação do SICSP, pode ser que o nível de integração entre planejamento, orçamento e execução (consequentemente custos) não esteja em nível satisfatório. O processo de mensurar e evidenciar custos deve ser realizado sistematicamente, fazendo da informação de custos um vetor de alinhamento e aperfeiçoamento do planejamento e orçamento futuros (CFC, 2011, p. 8).

As informações de custos devem, portanto, possuir algumas características para garantir a qualidade dessa informação. Cardoso, Aquino e Bitti (2011) elencam as seguintes: relevância - utilidade para a decisão dos usuários; confiabilidade - capacidade de refletir a realidade ou, ainda, de estar em conformidade com os regulamentos; compreensibilidade - viabilidade de entendimento por diversos perfis de usuários; tempestividade - disponibilidade em tempo hábil para atender às decisões; comparabilidade - possibilidade de comparar os

custos através do tempo; granularidade - exequibilidade de produzir relatórios em diferentes níveis de detalhamento.

O conhecimento e a divulgação dos dispêndios da Administração Pública devem ser efetuados para garantir os princípios da publicidade e transparência. Sua demonstração deve apresentar a representatividade de cada elemento no conjunto dos gastos públicos. Miola (2001) defende que desse modo assegura-se o controle por parte de todos os elementos interessados: as organizações, os cidadãos, o governo, os Tribunais de Conta e o Ministério Público.

Alonso (1999) relata que a mensuração dos custos públicos e sua publicidade configuram importantes instrumentos de controle social para avaliação dos serviços por parte dos usuários. Porém, a ausência de um sistema de custos justamente restringe os controles internos e externos aos aspectos formais e legais da gestão. Além dessa dificuldade, outro obstáculo à obtenção das informações de custos são as características dos produtos da Administração Pública: intangíveis, sem preços de mercado definidos, com processos de produção instáveis e ofertados em regime de monopólio. Por fim, os métodos de custeio tradicionais demonstram-se inadequados ao serviço público.

2.3 MÉTODOS DE CUSTEIO NO SETOR PÚBLICO

Os gastos equivalem ao sacrifício financeiro realizado pelas entidades para a aquisição de insumos com destino ao atendimento de qualquer necessidade da organização. O custo é uma espécie de gasto relativo aos bens e serviços consumidos no processo de elaboração de outros produtos ou serviços. Outro tipo de gasto é o investimento, que constitui valores ativados tendo em vista benefícios futuros. Por fim, as despesas são dispêndios em função da obtenção de receitas (MARTINS, 2010).

Os custos podem apresentar características que os dividem entre diretos e indiretos. Os custos diretos são aqueles objetivamente atribuídos aos produtos, contanto que haja uma medida de consumo com relação direta aos objetos custeados. Já os custos indiretos não apresentam métricas objetivas e, portanto, demandam alguma maneira de estimar o quanto dos custos são atribuíveis aos produtos. Martins (2010) explica que também os custos diretos podem ser distribuídos conforme os critérios utilizados para os indiretos, caso seu valor seja de pouca relevância ou de difícil mensuração. Segundo a NBC T 16.11, que trata dos custos públicos, a forma de distribuição dos custos indiretos, quando necessária, devem seguir a característica do objeto de custo e podem ser, por exemplo, em consonância com a área

ocupada pela produção, o planejamento orçamentário, o consumo de energia elétrica, a demanda de mão de obra, entre outras (CFC, 2011). Outra classificação de custos, também apresentada por Martins (2010) divide-os entre fixos e variáveis, de acordo com sua relação entre o custo total e o volume da produção. Os custos fixos são aqueles que não oscilam ao sabor das atividades; os custos variáveis têm seu valor estabelecido em função da variação das quantidades produzidas.

Mauss e Souza (2008) caracterizam método de custeio como um conjunto de procedimentos operacionais utilizados para distinguir e atribuir custos a um objeto que será custeado. Os autores colocam que os custos devem ser imputados aos seus respectivos objetos de custeio que podem traduzir produtos, serviços, departamentos, divisões, processos ou atividades. A escolha de metodologia de custeio, conforme Paton e Scarpin (2012), contempla as características dos custos da organização: diretos, indiretos, fixos, variáveis; e o quanto cada um representa na composição dos produtos ou serviços prestados. Para Leone (2008), o sistema de custos ideal produz informações úteis para o controle, por parte dos usuários internos, do desempenho da empresa e de seus setores. Esse controle permite a gestão dos custos com planejamento de funções e de gastos para chegar ao ponto ideal.

A NBC T 16.11 explica que a escolha dos métodos de custeio deve embasar-se na disponibilidade de informações e na demanda de recursos para obtenção dessas informações, indicando a possível adoção de metodologias combinadas de acordo com a característica do objeto de custeio. Na norma são apresentados os seguintes métodos: direto, variável, por absorção, pleno e por atividade (CFC, 2018).

A norma também evidencia que é adequado e benéfico às entidades que evidenciem seus custos unitários por meio dos diversos métodos de custeio disponíveis; mas, para tanto, é necessário observar as etapas naturais do processo de formação de custos em seus níveis hierárquicos: institucionais e organizacionais, funcionais e programáticos. Essa etapa natural é assim descrita:

[...] identificação dos objetos de custos; identificação dos custos diretos; alocação dos custos diretos aos objetos de custos; evidenciação dos custos diretos dentro da classe de objetos definidos; identificação dos custos indiretos; escolha do modelo de alocação dos custos indiretos, observando sempre a relevância e, principalmente, a relação custo/benefício (CFC, 2011, p. 3).

A possibilidade de escolher dentre os modos de custeamento promove autonomia ao gestor público, porém explanando o sistema de custeio adotado e a finalidade para o qual a informação resultante será utilizada: tomada de decisão ou mensuração de estoques; e qual dos métodos de custeio será implementado. Slomski et al. (2010) ressaltam que o sistema de

custeamento a ser adotado no âmbito público tem de ser reconhecido pelo meio acadêmico, além de observar ao princípio constitucional da eficiência para salientar a relevância, para a administração pública, da estruturação de um sistema de custeio conjunto. Machado e Machado (2010), no mesmo sentido, atentam que a possibilidade de escolha dentre os métodos de custeio é dificultada pois existem, para cada um deles, defensores e críticos. A seguir apresentam-se os métodos de custeio direto, variável, pleno, por atividade e por absorção, com enfoque no setor público.

O método de custeio direto atribui aos bens e serviços produzidos apenas os custos e despesas que oscilam de acordo com a produção (MAUS; SOUZA, 2008). Esse método é, conforme Machado e Holanda (2010), indicado para o setor público por não abarcar qualquer forma de rateio, o que o torna mais objetivo para a análise de desempenho de gestores e políticas públicas. Como essa metodologia já está inserida nos sistemas de planejamento, orçamento e execução orçamentária, uma vez que o orçamento já apresenta os desdobramentos por projetos, atividades, classificação funcional e atribuíveis a órgãos ou unidades gestoras. Assim, tais características culminam para menores esforços e custos para implantação do sistema. Os autores indicam que o custeio direto seria aplicado num sistema macro e cada órgão adotaria métodos adaptados à sua realidade e contexto. Maus e Souza (2008) asseveram que, uma vez que os gastos públicos são, em sua maioria, indiretos, o método de custeio direto permitiria um retrato mais completo dos serviços públicos.

O custeio variável implica, na composição do custo, apenas aqueles que variam de acordo com o volume de produção ou de alguma outra métrica definida (MEGLIORINI, 2012). Ao atribuir aos produtos somente os custos e despesas que oscilam de acordo com o volume de produção e venda, o método variável declina os custos e despesas indiretos, normalmente fixos, que serão atendidos pela margem de contribuição dos produtos ou serviços (MAUSS, SOUZA, 2008). Por contemplar em seu conceito análises concernentes a relação de custo, volume e lucro que formam a margem de contribuição, o método variável apresenta aplicação limitada na esfera pública. Reis, Ribeiro e Slomski (2005) explicam que, nesse âmbito, os custos fixos representam a maior parte dos processos desenvolvidos pelo governo; a folha de pagamento, por exemplo, devido à estabilidade do servidor público, incorre independentemente da medida de serviços prestados à sociedade.

No custeio pleno, a totalidade dos custos e despesas é atribuída aos produtos e serviços, o que o leva a também ser chamado de custeio integral, por centro de custos ou absorção total. Mauss e Souza (2008) explicam que esse método surgiu na Alemanha, denominado RKW, com o intuito de precificação de produtos. Como nesse custeio não há

segregação entre área de produção e vendas, uma vez que as despesas são atribuídas em conjunto com os custos, isso adequa-se ao setor público, porém, resulta em arbitrariedade nos centros de custos.

Alonso (1999) relata que o método *Activit Based Costing* (ABC), ou custeio baseado em atividades, propõe que os custos são gerados pelas atividades e seu mapeamento permite o rastreamento do consumo de recursos em uma organização. Esse método mostra, segundo o autor, a formação dos custos e quanto cada atividade agrega aos produtos. Os gastos que não podem ser atribuídos a nenhuma atividade são reduzidos em comparação aos métodos tradicionais, e esses resíduos, então, são contabilizados como despesas ou objeto de rateio em critérios tradicionais. O ABC é, segundo o Alonso (1999), indicado ao setor público por permitir apurar custos não somente de produtos, mas de objetos de custeio como processos, programas de governos, unidades gerenciais, entre outros. No setor público os produtos são, em sua maioria, serviços de características complexas e sem ofertas comparativas no mercado. Ainda, a metodologia tem estrutura flexível e adaptável, e proporciona reengenharia de processos e aprimoramento de gestão, pois identifica os custos incorridos e possibilita a simulação dos reflexos de mudanças. Porém, Slomski (2013) considera o ABC de difícil implementação, justamente pela complexidade de amplitude de trabalho exigido para que se obtenha todas as informações necessárias ao estudo das atividades.

Para o setor público, conforme Mauss e Souza (2008) o método ABC coloca as atividades como intermediadoras entre custos e produtos. Esse processo ocorre em observância à estruturação do orçamento em programas, projetos e atividades, que compreendem as ações do governo. O método ABC pode ser utilizado em conjunto com o custeio direto, segundo Mauss e Souza (2008). Os autores ressaltam que é desejável ter informações acerca da margem direta, proveniente do custeio direto, em conjunto com o custo total da produção, obtido por meio do custeio ABC, e os gastos totais, com custos e despesas abarcados, através da aplicação do global do ABC. O custeio por atividades, busca a acurácia da alocação de custos aos objetos, com vistas aos processos, atividades e direcionadores de custos. Martins e Rocha (2010) indicam que sua distinção em relação ao custeio por absorção reside no fato de não considerar todos os gastos da organização e todos os custos da produção. O método ABC proporciona atenção especial aos aspectos administrativos, pois seu principal objetivo é produzir informações para a análise dos custos.

O custeio por absorção, segundo Padoveze (2006), incorpora todos os custos, diretos ou indiretos, para apuração do custo de produtos ou serviços; como os custos indiretos são de difícil identificação e atribuição, surge a necessidade de aplicar algum critério de rateio para

distribuí-los aos produtos. Para utilização do custeio por absorção aplicam-se todos os custos de produção, exclusivamente, aos produtos resultantes de determinado período. Mauss e Souza (2008) observam que sua aplicação ao setor público pode provocar grande arbitrariedade devido ao elevado índice de gastos indiretos que resultariam em transferência aleatória de custos e distorções nas informações. Em contraponto, os autores discorrem sobre a facilidade da implementação do custeio por absorção nesse setor, por apresentar um escopo mais simplificado e menos oneroso. Essa forma de custeio tradicional apropria os custos por centros de custos e critérios de rateio.

Martins (2010) aponta que há duas maneiras de apropriar os custos no método por absorção: alocar os custos diretos prontamente de acordo com sua utilização e rateio dos custos indiretos a partir de estimativas, ou seja, de bases de rateio; ou, seccionar a organização em departamentos de serviços, auxiliares à produção, e departamentos produtivos, diretamente atuantes em modificações sobre os produtos. Na segunda maneira, denominada departamentalização, os custos indiretos são rateados, primeiramente, entre todos os departamentos. Na sequência, os departamentos de serviços transferem seus custos para outros departamentos de serviços e para os custos de produção, até o momento em que os custos ficam concentrados nos departamentos de produção. Por fim, os departamentos de produção repassam seus custos aos bens ou serviços e os custos diretos são atribuídos conforme seu consumo. Na visão de Martins e Rocha (2010), a atribuição de custos aos produtos e serviços é normalmente efetuada através de centros de custos, que são unidades contábeis nas quais os custos dos recursos consumidos são agrupados, ou seja, são unidades de acumulação de custos dentro dos departamentos. Alonso (1999) alega que a Administração Pública poderia encontrar problemas com a seleção inadequada desses elementos de apropriação. O autor aponta que os centros de custos são constantemente redefinidos por mudanças nas estruturas dos órgãos governamentais, prejudicando o custeio por absorção; e os indiretos têm peso considerável no setor público, dificultando as escolhas de rateio.

Particularmente em relação ao objeto de estudo, a PNAD possui um custo elevado para o IBGE, o que motivou tornar a pesquisa objeto desse estudo. Isso decorre dos diversos componentes da pesquisa, como a preparação, trabalho de campo, processamento dos dados, divulgação, entre outros (MARTINE et al., 1988). Como a pesquisa é, atualmente, realizada de maneira contínua e possui diferentes utilizações de um período para o outro, torna-se difícil a identificação de seus custos. Os autores afirmam que é necessário identificar os custos de pesquisas como a PNAD para, além de questões de transparência no setor público, subsidiar decisões acerca de aprimoramentos, substituição e continuidade dos instrumentos de pesquisa.

As estatísticas oficiais, área de atuação do IBGE, buscam continuamente, em nível internacional, aprimorar os sistemas vigentes de condução de inquéritos para que se tornem mais eficientes quanto à utilização de recursos. Travassos, Viacava e Laguardia (2008) relatam que em 2006, durante o II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, o IBGE externou sua proposta acerca do SIPD. Esse projeto visava à aplicação da PNADC com adição de novos temas de interesse e maior detalhamento geográfico dos resultados. Essa ação possibilitou, com o passar do tempo, incorporar suplementos à pesquisa que geram informações envolvendo temas de políticas públicas a um custo reduzido. Isso porque congrega as pesquisas suplementares à coleta das informações acerca dos domicílios, famílias e aspectos socioeconômicos e demográficos já pertencentes à PNAD (TRAVASSOS; VIACAVA; LAGUARDIA, 2008).

Devido às características da PNAD, assegura Martine (1988) que a utilização dos seus resultados não pode ser quantificada quanto aos benefícios produzidos em função do custo. Isso porque, especialmente na área social, é difícil mensurar a utilidade, o uso e o período de relevância das informações, além de quem serão usuários, onde se localizam e quanto consomem daquilo que é divulgado. Comumente, os sistemas estatísticos são atribuídos aos governos. Primeiramente, isso se deve ao fato de que a estatística oficial é um bem público e, portanto, deve ser conduzido pela impessoal gestão pública. Ainda, os custos para coleta, processamento e divulgação das informações são elevados. Devido ao contexto explanado, as agências estatísticas demandam recursos orçamentários públicos suficientes e regulares para calçar a produção de dados estatísticos periodicamente (FEIJÓ; VALENTE, 2005).

Devido às características das pesquisas estatísticas e das vantagens da utilização do método para o setor público, o custeio por absorção apresenta-se como uma solução para a apuração dos custos no âmbito do IBGE. Mauss e Souza (2008) destacam que o custeio por absorção permite a apropriação de todos os custos ao objeto de custeio, e que apresenta metodologia e parâmetros elementares, de menor complexidade e custo para implementação. No mesmo sentido, Martinez e Alves (2011) ressaltam que, além de relacionar todos os recursos consumidos em determinado período, está amparado nos princípios fundamentais da contabilidade. Pelos benefícios elencados e por seus atributos, o custeio por absorção apresenta-se como a mais adequada opção dentre as formas de custeio indicados pelas Normas do CFC. O método por absorção é menos complexo e oneroso diante dos recursos e do período disponível para análise, além de as informações necessárias para sua aplicação serem mais prontamente acessíveis diante do contexto apresentado para esse trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção abordam-se os aspectos metodológicos do estudo. Serão apresentados o objeto empírico definido para a pesquisa, a classificação por tipos de pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e as técnicas de análise dos dados. Cada procedimento coteja a teoria com a forma prática utilizada para viabilizar a investigação científica. Ainda, são apresentadas as etapas de pesquisa de modo a atingir os objetivos almejados para este trabalho.

3.1 OBJETO EMPÍRICO

A investigação empírica caracteriza-se pela maneira de pesquisar através de um objeto contido em uma seção do espaço social. Sob a ótica de Meksenas (2002), a pesquisa empírica ocorre no campo social, por meio de relações presenciais permitidas pela presença do investigador no meio em que ocorrem as interações sociais. Para promover a construção do conhecimento é necessário que o pesquisador vá a campo, observar e indagar as pessoas que integram o contexto social examinado. Essa abordagem empírica demanda ao pesquisador apoiar-se em material teórico de modo a congregar a observação e a caracterização da situação analisada com a teorização acerca do assunto (THIOLLENT, 2002). Para proceder com a coleta de dados de um grupo de informantes envolvidos em uma realidade social, pode-se utilizar métodos quantitativos e qualitativos caso o objetivo da pesquisa empírica seja conservado.

Thiolle (2002) discorre que a pesquisa empírica está pautada na exposição de circunstâncias concretas a fim de suscitar intervenções ou ações corretivas decorrentes da identificação de problemas possivelmente identificados no objeto de estudo. Neste trabalho, o objeto pesquisado refere-se à PNADC realizada em Florianópolis, e aos elementos que a envolvem. Busca sistematizar os custos necessários à realização dessa pesquisa em Florianópolis no ano de 2017. As agências do IBGE realizam as pesquisas em regiões recortadas de municípios no entorno do local em que estão sediadas. No caso de Florianópolis, o recorte compreende 16 municípios: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro Da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara.

Devido ao tamanho da amostra e a representatividade da região coberta pela Agência Florianópolis, o setor da PNADC funciona de maneira autônoma na capital. Assim, há um setor com um supervisor, 2 servidores efetivos e 17 contratados temporários. A Coordenação Estadual da PNADC, com 2 servidores efetivos e 2 contratados temporários também integra o escopo de pessoas diretamente envolvidas. A escolha pela PNADC justifica-se pela continuidade e a periodicidade da pesquisa, e pela importância dos resultados obtidos a partir de sua aplicação. Algumas pesquisas do IBGE ocorrem a cada 10, 5, 3, e 2 anos, além das anuais, trimestrais e mensais. A PNAD, desde 2012, é realizada continuamente com resultados mensais, trimestrais e anuais, além dos anexos pontuais. Atualmente, essa pesquisa incorpora variados assuntos: mercado de trabalho, características demográficas e de educação, análise da evolução socioeconômica no País e, em anexos, trabalho infantil, migração, formas diversas de trabalho, fecundidade entre outros. O recorte de Florianópolis deve-se à relevância desse extrato em relação ao Estado: foram 8.400 dentre os 52.676 no ano de 2017, o que representou 16% do total de todas as pesquisas.

3.2 TIPOS DE PESQUISA

A pesquisa realizada para o desenvolvimento do presente trabalho pode ser classificada quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos, e quanto à abordagem do problema. Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva. A pesquisa descritiva busca descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda, estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002). Por meio da pesquisa descritiva pode-se observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos de modo que o pesquisador não os manipule ou influencie. Andrade (2001) descreve os objetivos deste tipo de pesquisa: detectar e descrever traços do objeto de estudo; cotejar as relações entre as variáveis do fenômeno investigado; determinar a associação entre a população e o fenômeno por meio das variáveis; desvelar a regularidade dos acontecimentos no âmbito da pesquisa; e registrar as memórias organizacionais. Assim, a investigação promovida nesse trabalho dotou-se da pesquisa descritiva para identificar, descrever e revelar o contexto do problema identificado, de modo a permitir uma análise que auxilie o alcance dos objetivos. A pesquisa descritiva possibilitou que o problema encontrado, desdobrado em propósitos, fosse delineado, investigado e elucidado.

Em termos de procedimentos, trata-se de um estudo de caso e de uma pesquisa documental. O estudo de caso, segundo Roesch (1999), busca analisar um fenômeno

contemporâneo inserido em seu contexto e possui maior flexibilidade na análise dos resultados da pesquisa. O caso estudado é a sistematização dos custos da PNADC no IBGE por meio da imersão da acadêmica no órgão estudado. A pesquisa documental recorre aos documentos de fonte primária, que decorrem do registro da observação de um órgão ou indivíduo. Gil (2002) complementa ao dizer que a pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, porém os materiais utilizados ainda não foram tratados de maneira analítica. Essa pesquisa envolveu análise de diversos documentos (artigos, relatórios, tabelas, gráficos) acerca do IBGE, de suas pesquisas, da PNADC e das atividades administrativas, principalmente em meios digitais, *website* do órgão, sistemas administrativos internos e sistemas do Governo Federal - todo o material a que se teve acesso.

Quanto à abordagem do estudo, foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela natureza exploratória, ausente de estrutura e baseada em pequenas amostras. Desta forma, segundo Malhotra (2001), é possível compreender os fatores acerca do problema ou questão. A escolha deste tipo de abordagem pode ser explanada na afirmação de que a “abordagem qualitativa de um problema justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 2008, p. 37). A pesquisa de natureza quantitativa converte os dados extraídos em tabelas, gráficos, ou quadros que podem resultar em percentagens e valores financeiros. Porém, neste ponto, as pesquisas qualitativa e quantitativa se encontram. A interpretação dos dados tabulados na abordagem quantitativa é alavancada a partir da comparação com a literatura e a realidade investigadas na abordagem qualitativa (SANTOS; CANDELORO, 2006). Esse é o caso dessa pesquisa, que utilizou dados financeiros e de custos, organizados em tabelas e gráficos, conjuntamente com a percepção do fenômeno no órgão para concatenar as teorias e métodos com os números — a partir dos números tabulados e cálculos realizados (abordagem quantitativa), pôde-se realizar uma crítica de modo a compreender a natureza do problema identificado (abordagem qualitativa).

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi aplicada por meio de consulta a sistemas internos que fornecem informações sobre as pesquisas realizadas pelo IBGE. Também há os sistemas do Governo Federal com acesso restrito aos servidores federais, assim como sistemas com dados disponíveis abertamente em páginas na internet. O início da pesquisa ocorreu em observações e diálogos acerca do funcionamento do órgão, das pesquisas realizadas pelo IBGE, os

produtos delas provenientes e de todo o aparato para esse sistema. Ao assumirem cargo no órgão, todos os servidores passam por um Programa de Integração de Novos Servidores (PINS). A acadêmica ingressou como servidora do Instituto em setembro de 2016 como Contadora, cargo que exerce ainda atualmente, e sua participação no Programa ocorreu em novembro de 2016, a partir da qual foi feito contato com o ambiente e com os colegas. No PINS os gestores de cada área do órgão - cartografia, geografia, base territorial, estatísticas, contabilidade, compras, recursos humanos, gabinete, agências, entre outras - apresentam uma visão geral dos trabalhos desenvolvidos. São exibidos vídeos e slides com a história do IBGE, sua aplicação na sociedade e a relevância do órgão para o País. Os trabalhos desenvolvidos são extensos, diversos e complexos, demandam muito planejamento e grande estrutura.

A partir do interesse pela área de custos, ainda em 2016, foi realizado o levantamento de informações a respeito das pesquisas realizadas e qual seria mais indicada para desenvolver um estudo. Após a opção pela PNADC, o próximo passo foi conversar com os colegas e com o Coordenador da Pesquisa em Santa Catarina, a fim de solicitar acesso ao sistema interno de planejamento, acompanhamento e controle das pesquisas no IBGE - o Sistema de Indicadores Gerenciais de Coleta (SIGC), o que aconteceu em 2017. No SIGC é possível acompanhar todas as informações acerca da coleta: a amostra por município, o aproveitamento, a evolução, os dados do pesquisador que registrou os questionários - com data e horário de início e horário final, além de outras informações.

Os próximos sistemas consultados foram o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - principal instrumento para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal; e o Tesouro Gerencial - para consulta de informações do SIAFI. Nesses sistemas é possível ver quanto foi executado - efetivamente gasto - pelo IBGE, e daqui foram extraídos os gastos identificados com o INFRA e PESQUISA, que serão apresentados mais adiante, além dos valores de diárias para viagem pagas aos servidores. Outra ferramenta consultada foi o Banco de Dados Operacionais de Santa Catarina (BDOSC), sistema de uso interno, durante todo o período de preparação e pesquisa - 2016 a 2018. Nele, é possível identificar quanto a PNADC representa na chamada carga de trabalho de cada agência, pois constam quantos questionários são respondidos por pesquisa para cada mês/trimestre. Como as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE possuem periodicidades diversas, são feitos cálculos e ponderações para atribuir pesos de cada pesquisa para aquele período e há a carga de trabalho anual. Por fim, a Coordenadoria de Recursos Humanos forneceu os dados de gastos de pessoal por meio

da extração dos números do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) do Governo Federal.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados, segundo Gil (2002), é realizada com o intuito de sintetizar os dados de modo a promover respostas ao problema de pesquisa do trabalho científico. A interpretação dos resultados dará sentido às respostas. A análise busca as relações entre os fenômenos analisados e aquilo que os influencia. Raupp e Beuren (2006) ponderam que diversos estudos se valem do método descritivo para coleta e análise de dados em pesquisas no âmbito contábil, no qual os problemas podem ser de natureza técnica ou de gestão das organizações. O estudo descritivo demanda a seleção de métodos e procedimentos que orientem a extração e a análise de dados de modo a validar a pesquisa em caráter científico. Dessa forma, essa pesquisa utiliza a técnica de análise descritiva para coletar e apreciar os dados acerca de um problema de custos, abarcado pelo campo da contabilidade.

Os custos analisados foram atribuídos à atividade correspondente à realização da PNADC em Florianópolis por meio de critérios de apropriação que se respaldam no levantamento da carga de trabalho. Essa carga de trabalho caracteriza um indicador interno obtido de sistemas de informação correspondente ao número de questionários resultantes de todas as pesquisas do órgão em Santa Catarina. Os dados, organizados em planilhas eletrônicas primeiramente e, na sequência, estruturados e apresentados por meios de ilustrações, incluem os seguintes itens de custo esquadrihados: INFRA - tais gastos abarcam todos aqueles necessários para manutenção da infraestrutura que ampara a realização de todas as atividades do IBGE; Pessoal - os pagamentos aos servidores (estáveis ou temporários) dedicados à PNAD contínua, incluindo as indenizações e os encargos patronais; PESQUISA - esses recursos são especificamente destinados às necessidades das pesquisas.

Os gastos classificados no Plano Interno (representado pela sigla PI, é um código utilizado no SIAFI para instrumentalizar o planejamento, o acompanhamento e o detalhamento de um projeto/atividade) como INFRA compõe-se de gastos gerais para o funcionamento rotineiro do órgão. São alocados valores de contratos continuados - aluguéis de imóveis e garagens, contratação de mão de obra, aluguéis de veículos e equipamentos, água, luz, telefone, internet, correios, materiais de consumo, entre outros. O PI PESQUISA abrange também gastos diversos como diárias, passagens, combustíveis, materiais, locações, manutenção, serviços, multas e assim por diante. Os valores dispendidos com Pessoal incluem

salário, benefícios e indenizações. Apenas servidores efetivos recebem auxílio deslocamento concedido como indenização para viabilizar o período que os servidores passam trabalhando em campo, fora das instalações do IBGE.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esse trabalho restringiu-se ao estudo dos custos da PNADC em Florianópolis para o ano de 2017. As informações obtidas referem-se aos relatórios e dados extraídos dos sistemas até então existentes, pois há carência de informações detalhadas de custos. Assim, conforme o contexto analisado e a disponibilidade de consultas, esse estudo aplica-se somente ao recorte selecionado.

A opção pela pesquisa deve-se ao fato da aplicação da PNADC na Agência de Florianópolis em um setor independente, o que facilita a identificação dos gastos. Além disso, a PNADC ocorre continuamente, o que viabilizou o recorte do tempo mais atual do ano de 2017. Devido ao limite de tempo para o desenvolvimento da investigação, não foi possível escrutinar os custos das demais pesquisas. Essa também foi a razão de utilizarem-se as informações de gasto apresentadas nesse trabalho, pois ainda não há ferramentas de extração de custos. Ainda, por se tratar de uma área segregada na Agência Florianópolis, os custos diretos são divergentes, pois nas demais agências os servidores e os temporários dividem-se entre tarefas variadas de pesquisa.

Os valores a que se chegou nos cálculos apoiam-se nos dados a que se teve acesso, ou conjunto de números obtidos, pois não foi possível alcançar todos os gastos possivelmente associados ao objeto de custeio. Não foram considerados os gastos com pessoal dos setores administrativos do IBGE em Santa Catarina, isso porque a extração de dados realizada pela GRH é manual e demandaria um trabalho extenso.

O método de custeio escolhido para guiar a sistematização desenvolvida também enfrentou limitações, pois teve de ser optado o meio que correspondesse aos recursos disponíveis, do tempo e das informações possíveis de coletar. Do mesmo modo, o critério de rateio foi selecionado porque acredita-se ser o mais objetivo e adequado, dentre aqueles que poderiam ser escolhidos por meio dos indicadores formuláveis. Entende-se que o critério

Com a evolução das atividades necessárias à adoção da contabilidade de custos será possível compor um retrato da aplicação dos recursos públicos; esse trabalho faz parte dos esforços nesse sentido. A partir da alimentação de todos os sistemas que integram os

resultados do SIC, os estudos de custos públicos podem evoluir para análises de aprimoramento, realocação e direcionamento dos mesmos.

4 CARACTERIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA REALIDADE ESTUDADA

Nesta seção há primeiramente a contextualização do IBGE - pano de fundo para a investigação realizada, com inferência sobre o estágio de implementação do sistema de informação de custos. Na sequência, é exposta a análise desenvolvida para o levantamento dos custos da PNADC em Florianópolis. Por fim, apresenta-se o modelo de sistematização de custos proposto nesse estudo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ESTUDADO

A pesquisa desse trabalho foi realizada no IBGE. O texto a seguir expõe fragmentos da história de criação, as transformações que o tornaram o principal órgão de estatística e geografia no País. As estruturas legal e administrativa do órgão são apresentadas, bem como sua área de atuação, seus produtos, suas pesquisas e suas atividades.

4.1.1 O IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma fundação da Administração Pública Federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Conforme definido no artigo 2.º do Decreto n. 4.740, de 13 de junho de 2003 (BRASIL, 2003, p. 2), sua missão é:

[...] retratar o Brasil, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica, e geocientífica - geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

O órgão é o principal responsável pelo fornecimento de dados e informações que suprem demandas diversas da sociedade civil e de órgãos de governo federal, estaduais e municipais. Para tanto, elabora e promove produtos que alimentam diversos setores por meio das seguintes funções: produção e análise de informações estatísticas; coordenação e consolidação das informações estatísticas; produção e análise de informações geográficas; coordenação e consolidação das informações geográficas; reestruturação e implantação de um sistema de informações ambientais; documentação e disseminação de informações; e coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

O processo de criação de um órgão para coordenar e centralizar o desenvolvimento dos serviços estatísticos no País iniciou em 1934 por meio do Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística. Segundo a Rede de Memória do IBGE (IBGE, 2018d), em 1871 a Diretoria-Geral de Estatística era o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas. Porém, em 1934 o Departamento Nacional de Estatística, como veio a ser chamado depois de mudanças de nomenclatura, foi extinto e as atividades estatísticas foram diluídas entre os ministérios competentes.

Unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, em 29 de maio de 1936 o então presidente Getúlio Vargas procedeu com cerimônia de nomeação da diretoria e instalação da sede do instituto no Palácio do Governo. Ainda nesse ano, ocorreu a criação do Conselho Nacional de Estatística (CNE) durante a Convenção Nacional de Estatística. No ano seguinte, o Decreto n. 1.527, de 24 de março de 1937 (BRASIL, 1937), criou o Conselho Brasileiro de Geografia como parte integrante do Instituto Nacional de Estatística.

Por meio do Decreto-Lei n. 218, de 26 de janeiro de 1938 (BRASIL, 1938), criou-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abarcando dois órgãos colegiados autônomos — o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística. Em 1953 foi criada a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) como parte do IBGE; a primeira Faculdade Estatística do Brasil. A ENCE oferece cursos para a área, graduação, pós-graduação *latu sensu*, mestrado e doutorado.

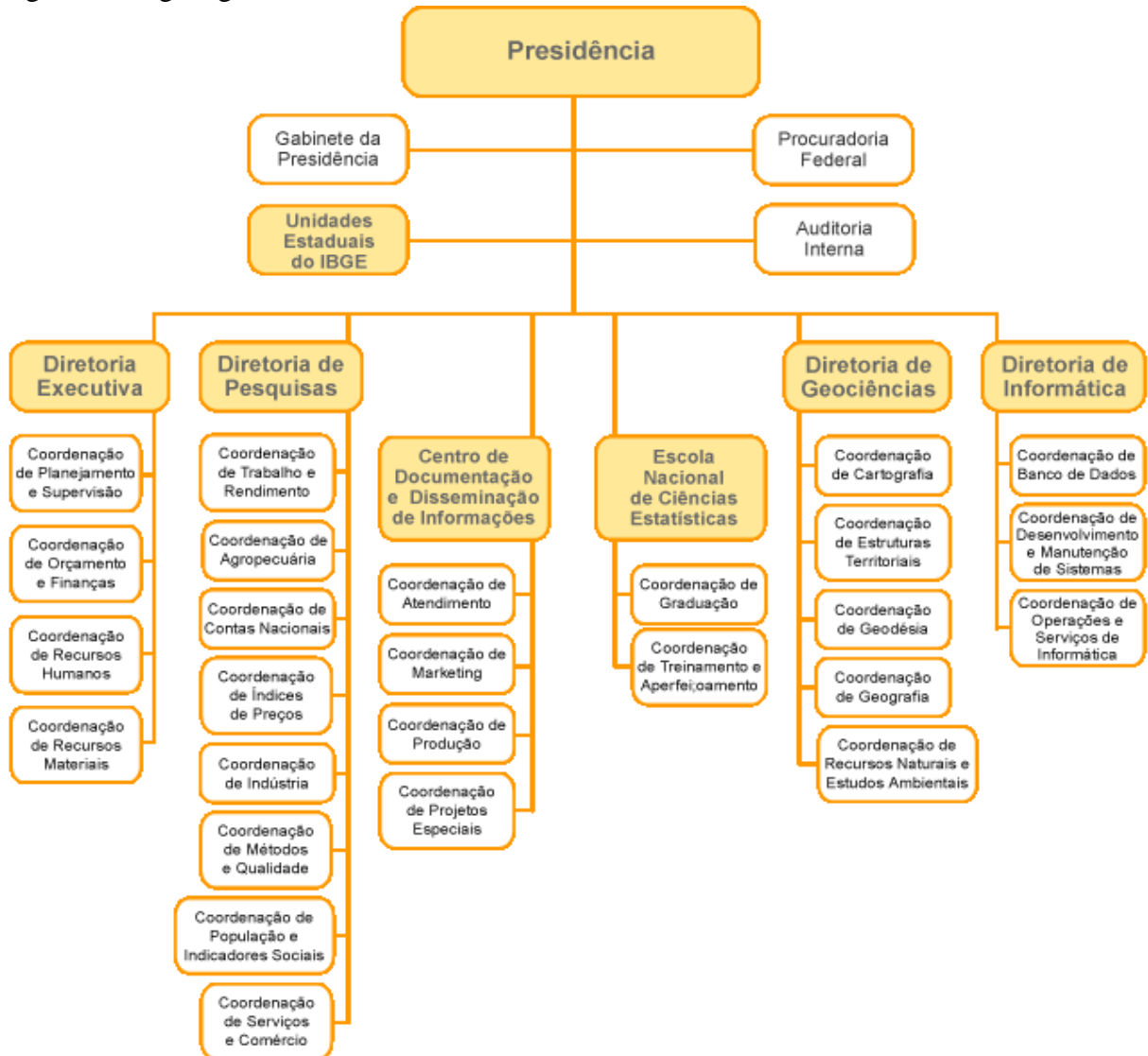
O IBGE passou por mudanças na sua forma jurídica em 1967, durante a Reforma Administrativa Federal, iniciada pela ditadura civil-militar ainda no governo Castelo Branco. O órgão passou de autarquia para fundação, mantendo a sigla, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira. Na remodelação, a fundação passou à seguinte composição de órgãos autônomos: Instituto Brasileiro de Estatística; Instituto Brasileiro de Geografia e ENCE (IBGE, 2018d).

O estatuto vigente que rege o IBGE é apresentado no Decreto n. 4.740, de 13 de junho de 2003 (BRASIL, 2003), e estabelece a missão, as competências, as prerrogativas, sua composição e o patrimônio. A estrutura organizacional definida no estatuto abrange órgãos colegiados de direção superior (Conselho Técnico, Conselho Curador e Conselho Diretor), órgão de assistência direta e imediata ao Presidente (Gabinete), órgãos seccionais (Auditoria Interna, Procuradoria Federal e Diretoria Executiva), órgãos específicos singulares (Diretoria de Pesquisas, Diretoria de Geociências, Diretoria de Informática, Centro de Documentação e

Disseminação de Informações e Escola Nacional de Ciências Estatísticas) e órgãos descentralizados (Unidades Estaduais).

Seguindo as diretrizes de composição organizacional, o organograma do órgão, apresentado na Figura 1, desdobra as diretorias em coordenações que seccionam as atividades de cada uma.

Figura 1 - Organograma do IBGE



Fonte: IBGE, 2018.

Para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, o IBGE possui a rede nacional de pesquisa e disseminação, composta por 27 Unidades Estaduais e 584 Agências de Coleta de dados nos principais municípios do País.

4.1.2 Áreas de atuação do IBGE

Desde sua criação o IBGE incorporou atividades, levantamentos e pesquisas nas áreas de geografia e estatística. O órgão envolve-se com estatísticas demográficas, econômicas, sociais e agropecuárias, e é responsável pelo Sistema de Contas Nacionais do País. Na área da geografia há a geodesia, recursos naturais, meio ambiente e território. Para disseminar a informação que produz, o IBGE oferece acesso à base de dados, publicações impressas e em meio eletrônico. No âmbito das estatísticas de caráter social e demográfico, segundo o IBGE (2018b) uma das fontes de dados é a coleta de informações nos domicílios. Dentre as pesquisas domiciliares estão: o Censo Demográfico, que se apresenta como o cerne das estatísticas sociodemográficas. Essa pesquisa ocorre a cada 10 anos e traz informações relevantes que caracterizam fonte singular acerca da vida da população e promove políticas públicas e decisões de gestão pública e privada; a PNADC, com periodicidade anual, que associa características demográficas e de educação a informações sobre a habitação, rendimento e mão de obra; a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada quinquenalmente, fornece o conhecimento sobre os rendimentos e dos gastos das famílias. Ademais, outras fontes de informações sociodemográficas fundamentam-se em registros administrativos como o Registro Civil, a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS) e a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB).

As estatísticas agropecuárias possuem como núcleo o Censo Agropecuário. Assim como o Censo Demográfico, essa pesquisa ocorre em intervalo de dez anos e investiga nos estabelecimentos agropecuários a organização de propriedade e de utilização das terras, os traços ocupacionais de mão de obra e as tecnologias agregadas aos processos produtivos, entre outros temas. Anualmente, a Pesquisa Agrícola Municipal e a Pesquisa da Pecuária Municipal, entre outras, oferecem acompanhamento do setor agrícola (IBGE, 2018b).

As estatísticas econômicas promovem conhecimento a respeito de setores da economia: comércio, indústria, construção civil e serviços. Os levantamentos em cada setor ocorrem por amostra e por meio das seguintes pesquisas: Pesquisa Anual do Comércio, Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual da Indústria da Construção e Pesquisa Anual de Serviços, como exemplo. Ainda, pesquisas mensais do comércio, da indústria e da agricultura possibilitam o acompanhamento conjuntural da economia.

De modo a acompanhar o comportamento dos preços mensalmente, os índices de preço ao consumidor são forjados acerca dos produtos e serviços mais relevantes consumidos pela população. Essas pesquisas incluem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o Sistema Nacional de Custos e os Índices da Construção Civil.

O Sistema de Contas Nacionais consiste de informações de geração, distribuição e aplicação de renda no Brasil. O sistema promove uma visão conjuntural da economia e seus fenômenos - produção, consumo, acumulação e patrimônio - e apresenta as relações entre a economia interna e a internacional; algumas das informações são o Produto Interno Bruto (PIB), a renda per capita, as transações correntes com os demais países, a progressão da carga tributária, entre outras (IBGE, 2018b).

Inserido no polo geográfico do IBGE, o Sistema Geodésico Brasileiro é composto pelo complexo de estações fixadas no terreno nacional, instaladas e mantidas pelo órgão. Conforme o IBGE (IBGE, 2018b) esses pontos, chamados de marcos, existem para prover referências a projetos de engenharia, mapeamento, estudos geofísicos, pesquisas científicas, entre outros fins.

Outro centro de trabalhos geográficos encontra-se no Mapeamento Geográfico, Topográfico e Municipal, que concerne às cartas topográficas e mapas resultantes em níveis Brasil, regionais, estaduais e municipais. O Instituto elabora o mapeamento topográfico do País em escalas padronizadas em consonância com o nível de progresso apresentado ou projetado no território. Nesse sentido, as Estruturas Territoriais agem no acompanhamento das divisões político-administrativa, regionais e setoriais do território, de modo a demarcar e retratar áreas legais e bases operacionais que fomentam as pesquisas estatísticas e geográficas (IBGE, 2018b).

A área de recursos naturais e do meio ambiente promove mapeamentos, pesquisas e estudos sobre o meio físico (relevo, solo, clima, geologia) e o meio biótico (fauna e flora) e realiza a designação e a análise dos aspectos ambientais e dos impactos das ações humanas sobre o equilíbrio ambiental e o reflexo na qualidade de vida da população. Por fim, são elaboradas informações geográficas por meio de análises espaciais e demarcações territoriais que permitem a formulação e o acompanhamento de políticas públicas dos temas pertinentes.

O IBGE propaga as informações que produz por meio de uma rede nacional de disseminação com setores de atendimento em todas as capitais e em cidades substanciais do País, com um dos acervos mais completos em informações de geografia e estatística. O conjunto de publicações é ofertado em meio impresso e eletrônico, além de consultas diretas às bases de dados. Os materiais comercializados pelo IBGE encontram-se em livrarias, nos pontos físicos de atendimento ao público e por meio eletrônico. Além disso, há canais de comunicação através da internet, e-mail e *call center*.

4.1.3 A PNADC

Uma das pesquisas realizadas pelo IBGE para a produção de informações socioeconômicas do País é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Ela é planejada para atender a diversas necessidades de informações por meio de investigação em uma amostra probabilística de domicílios. Com essa pesquisa, busca-se observar as flutuações trimestrais e o progresso da força de trabalho, além de outros aspectos que permitem visualizar o progresso social e econômico no Brasil.

O campo de investigação da PNADC concerne à inserção da população no mercado de trabalho cotejada às características demográficas e de educação. Ainda, abrange a formulação de resultados acerca de temas permanentes - tais como trabalho infantil, migração, formas diversas de trabalho, fecundidade entre outros - e outros assuntos pertinentes em correspondência às necessidades dos usuários dos produtos dessa pesquisa.

As informações divulgadas pela PNADC são de caráter conjuntural, com periodicidade mensal e trimestral, e de aspecto estrutural, com periodicidade anual e variável. O escopo das informações conjunturais mensais contempla os indicadores concernentes à força de trabalho no nível geográfico Brasil, e as trimestrais abarcam os indicadores para a força de trabalho em todos os níveis geográficos. As informações estruturais de resultados anuais cerceiam os temas suplementares permanentes à pesquisa e os assuntos adicionais pertinentes à força de trabalho, enquanto os resultados de periodicidade variável contemplam outros tópicos dos temas permanentes, conforme necessidade de pesquisa (IBGE, 2018c).

Os principais indicadores formulados a partir da PNADC são: população residente segundo o sexo e os grupos de idade; taxa de desocupação; taxa de atividade; nível da ocupação; taxa de analfabetismo segundo os grupos de idade e o sexo; pessoas de 14 anos ou mais segundo a condição de ocupação; pessoas ocupadas na semana de referência segundo o sexo e os grupos de anos de estudo; população residente segundo a naturalidade em relação à Unidade da Federação e ao município de residência; e rendimento médio mensal per capita dos domicílios (IBGE, 2014a).

A pesquisa é desempenhada através de uma amostra de domicílios, recortada de uma amostra mestra, o que assegura a representatividade dos resultados nos níveis geográficos - Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e Região Integrada de

Desenvolvimento da Grande Teresina. A cada trimestre, são investigados em torno de 211.000 domicílios em cerca de 16.000 setores censitários presentes em aproximadamente 3.500 municípios (IBGE, 2018c).

Os domicílios selecionados para responder os questionários são visitados ao longo de cinco trimestres, uma vez a cada três meses. Isso reflete o esquema de rotação da amostra denominado 1-2(5) - entre os trimestres há uma sobreposição de 80% dos domicílios e em comparação entre os mesmos trimestres de um ano para o outro é de 20%. Esta sobreposição é utilizada para certificar que as variações apresentadas não são imputadas à completa modificação da amostra (IBGE, 2014a).

Quanto à aplicação dos questionários nas informações sobre o tema trabalho ocorrem de dois modos: reduzido - limitado às informações sobre trabalhos que provem rendimentos ao domicílio, voltados para o mercado; ampliado - efetuado na primeira entrevista em cada domicílio, é mais abrangente, introduz informações sobre outras formas de trabalho, não voltados ao mercado. Para fabricar os resultados trimestrais, o questionário ampliado compreende questões relacionadas a outras formas de trabalho como produção para consumo próprio, trabalho voluntário, cuidado de pessoas do domicílio e/ou da família e atividades domésticas. Essa investigação acontece em 20% da amostra de cada trimestre, mas os dados são aglutinados para prover resultados de um ano civil. Outros assuntos, como trabalho infantil, migração e fecundidade podem ser coletados em um trimestre particular ou acumulados para promover resultados anuais. Assim, também, funciona a respeito dos temas suplementares (IBGE, 2018c).

Em 2017 foi realizada a divulgação de cinco módulos temáticos da PNADC 2016: Características Adicionais do Mercado de Trabalho - essa parte suplementar investigou, entre 2012 e 2016, os seguintes aspectos do mercado de trabalho, como registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), associação a sindicato, turno de trabalho, cooperativa de trabalho ou produção; Habitação e Moradores - o módulo oferece apreciação acerca do cenário social e demográfico por meio de características domiciliares como materiais utilizados na construção, abastecimento de água, condições de saneamento básico, fornecimento de energia elétrica, posse de bens e serviços, além de perspectivas da população como sexo, idade, cor ou raça; Trabalho Infantil - essa análise aborda o assunto sob a ótica das atividades econômicas e a ótica da produção para consumo próprio ou afazeres domésticos; Outras Formas de Trabalho - esse suplemento examina pessoas com a idade de 14 anos ou mais que desenvolvem atividades de produção para consumo próprio, afazeres domésticos, cuidados de pessoas e trabalho voluntário (IBGE, 2018a).

O IBGE introduziu, em 2017, alguns temas de estudo que passarão, nos próximos anos, a figurar entre os resultados de divulgação anual. Os temas são: Características Gerais dos Moradores, Características Gerais dos Domicílios, Rendimentos de Todas as Fontes, Características Adicionais do Mercado de Trabalho, Educação, Trabalho Infantil E Outras Formas de Trabalho.

Algumas das divulgações de suplementos da PNADC, em 2017, foram realizadas em parceria com outros órgãos. Em convênio com o Ministério da Educação e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, divulgou-se o suplemento PNAD 2014 - Educação e Qualificação Profissional; com o Ministério do Esporte, a divulgação do suplemento PNAD 2015 - Práticas de Esporte e Atividade Física; em aliança com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o IBGE divulgou o suplemento PNAD 2015 - Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade; por fim, o Instituto promoveu, em cooperação técnica com o Instituto Empreender Endeavor Brasil., as Estatísticas de Empreendedorismo 2015 (IBGE, 2018a).

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a consecução dos objetivos delineados para esse trabalho, inicialmente é apresentada a análise do estágio atual do processo de apuração dos custos e implementação do sistema de informações de custos no IBGE. Na sequência, são identificados os custos para a realização da PNADC, sua classificação entre custos diretos e indiretos e a esquematização dos cálculos que permitiram levantar os custos da pesquisa. Por fim, demonstra-se a proposta de sistematização dos custos da PNADC em Florianópolis, Santa Catarina.

4.2.1 Estágio atual da apuração de custos no IBGE

O IBGE encontra-se em processo de estudo e planejamento para adequação às exigências legais de informações de custos do Governo Federal, além dos aspectos gerenciais buscados por qualquer organização ao implementar a apuração dos custos. Atualmente, o órgão possui uma Gerência de Custos com um servidor, subordinada à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, que por sua vez está inserida na Diretoria Executiva, e conta com a colaboração de outros servidores em uma equipe multidisciplinar. Por meio de consulta a relatórios internos e participação em treinamentos na área da contabilidade, observa-se que

esse projeto possui etapas que envolvem análise, definição e identificação dos objetos de custos e das dimensões de gastos, além de ajustes para captação automática das informações dos sistemas internos do órgão e daqueles mantidos pelo Governo Federal.

O modelo de trabalho do IBGE para a apuração de custos envolve os objetos de custo, que seriam as unidades em que se deseja medir o custo, e as dimensões de gasto, ou seja, a classificação dos gastos a serem apropriados. O objetivo do órgão é desdobrar os objetos de custo em Unidade Organizacional (UORG), produto e processo. A estrutura para a UORG seguiria o modelo cadastrado no SIAPE que especifica até o nível das agências do IBGE. Os produtos equivalem às pesquisas ou levantamento de informações que são desenvolvidas nas áreas de estatística e geociências. Por fim, o modelo adotado para buscar a discriminação dos processos necessários para produzir as estatísticas oficiais foi o *Generic Statistical Business Process Model* (GSBPM) que descreve e define um conjunto de processos de negócios com uma estrutura modelo para modernizar a produção estatística, promover qualidade e melhorias (UNECE, 2013). Quanto às dimensões de gastos, o proposto é dividi-los entre pessoal (folha de pagamento), custeio (direto e indireto, como: locação de imóveis, limpeza, energia elétrica, combustíveis, entre outros) e investimentos (depreciação dos equipamentos e mobiliário).

Os sistemas de informação envolvidos na apuração de custos no IBGE são internos e externos. Dentre os sistemas internos estão: Sistema de Indicadores Gerenciais de Coleta (SIGC) - uma ferramenta de acompanhamento das coletas das pesquisas, e uma versão de aplicativo para aparelho móvel, o SIGC - Executivo; Sistema de Mapeamento para Base Territorial (SISMAP), para o gerenciamento do fluxo de trabalho da produção da base territorial que fomenta diversas outras pesquisas; e o Sistema de Dados Administrativo (SDA) com informações para a gestão administrativa e seus módulos: Sistema de Documentos Ficais (SDF) Suprimento de Fundos (SDA-SF), Bens Móveis (SDA-Bens Móveis), Orçamento (SDA Orçamento), Recursos Humanos (SDA-RH) e Custos (SDA Custo), ainda não implementado. A Comissão Permanente de Processo Seletivo (CPPSS) e o Sistema de Administração de Pessoal Censitário (SAPC) trazem informações acerca da contratação dos temporários que atuam nas pesquisas continuamente ou durante os Censos Demográfico e Agropecuário. Os sistemas externos, mantidos pelo Governo Federal, incluem o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), que centraliza o processamento da folha de pagamentos e permite a extração de informações e indicadores gerenciais; o Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE) sistema de gestão de pessoas do Governo Federal; o Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) que possibilita aos órgãos da Administração Pública Federal o controle de seus estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de

transporte; o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) que integra os sistemas e processos de Planejamento e Orçamento Federais; o Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal (SIORG) que permite o acompanhamento das políticas e diretrizes definidas pelo governo federal; o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) que centraliza as informações de valores pagos aos servidores; e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) que é o instrumento central para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. O intuito com a definição dos objetos de custo é extrair as informações desejadas desses sistemas que englobam todos os aspectos de pessoal, custeio e patrimônio. A Figura 2 ilustra a alimentação de sistemas para forjar o Sistema de Informações de Custo (SIC).

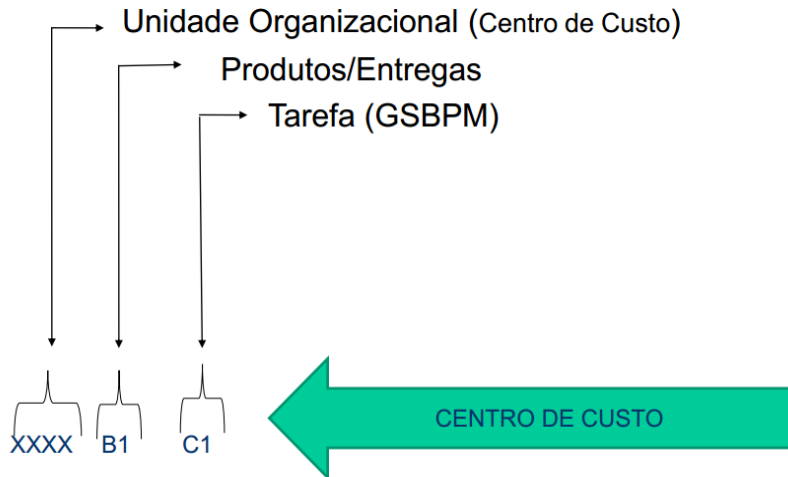
Figura 2 - Rede de relacionamento dos sistemas de custo

Fonte: IBGE, 2018.

A Figura 2 apresenta a forma como o IBGE projeta a alimentação do SIC por meio dos sistemas internos e os sistemas do Governo Federal. O principal elemento interno do processo de apuração de custos será o SDA - Custo, que agrega as informações internas de bancos de dados diversos para fomentar o preenchimento do SIAFI. O SIGGC e o SISMAP fornecem os critérios de absorção dos custos conforme a representatividade dos trabalhos realizados no órgão. Os segmentos SDF, SDA - Contratos, SDA - SF, Almoxarifado, SDA Bens Móveis e SDA-Orçamento trazem os aspectos financeiros, contratuais, de aquisições, de patrimônio, de depreciação; esses valores entram como custos ou despesas para apropriação. O SDA-RH, o CPPSS e o SAPC são módulos concernentes aos gastos com pessoal em todos os meios de contratação (efetivos e temporários). Todas essas informações, após a compilação no SDA - Custo, são alocados em centro de custos, definidos para o Instituto, detalhados mais a frente, no SIAFI. No nível externo, as informações de diárias do SCDP; o SIAPE e o SIGEP, refletindo as questões da folha de pagamento e da gestão de pessoas; o SIOP e o SIORG, apresentando os registros orçamentários, as políticas e diretrizes do governo; o SIADS, fornecendo dados de estoques, materiais e patrimônio; e o SIAFI, com as informações financeiras, por meio da alimentação de dados no Centro de Custos; todos esses sistemas unem-se na formulação dos custos do Governo Federal que compõem o SIC. Com a obrigatoriedade do preenchimento da aba Centro de Custos, no subsistema contas a Pagas e Receber (CPR) do SIAFI, cada órgão incluirá seu Objeto de Custo e abarcará as Unidades Gestoras (UG) vinculadas, que pode ser uma unidade, um produto ou um programa com até 11 caracteres alfanuméricos. O preenchimento da aba de custo também deverá contemplar referência - a data do fato gerador, a UG a que é atribuído e o valor para cada Centro de Custo. O Centro de Custo refere-se à unidade mínima de agrupamento de gasto, com identificação do consumo de recurso e seu beneficiário, e é gerado a partir do tipo de lançamento, ou seja, o tipo de documento que está sendo pago. Além dessas informações, há a codificação do Tipo de Custo e da Natureza da Despesa com composição orçamentária de 6 dígitos: Categoria Econômica, Grupo Natureza, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa. O IBGE utiliza códigos genéricos, ou seja, gerados automaticamente diante de situações padrão de liquidação de documentos. Como o processo de preenchimento está em início de implantação, os órgãos criarão seus códigos próprios em consonância com suas características e necessidades de levantamento de custos. A ideia de estrutura de Centro de

Custo para o IBGE, apresentado na Figura 3, depende da conclusão da etapa de dimensão dos gastos.

Figura 3 - Estrutura do Centro de Custo



Fonte: IBGE, 2018.

Na Figura 3 está demonstrada a estrutura de Centro de Custos para o Instituto. Os primeiros 4 dígitos representam a Unidade Organizacional, no caso o IBGE. Os próximos 2 dígitos referem-se aos Produtos/Entregas, ou os trabalhos desenvolvidos pelo órgão e que promovem algum tipo de resultado. Os 2 caracteres seguintes equivalem ao desdobramento dos produtos em tarefas, viabilizado pela metodologia GSBPM e em fase de mapeamento das atividades. Para o IBGE, ainda que seja uma demanda legal apresentar seus custos, é importante rastrear a alocação dos recursos no órgão para que se possa acompanhar o processo produtivo e elevar a qualidade do que o IBGE fornece à sociedade. A implantação será feita em modos complementares e progressivamente, de modo que a qualidade das informações seja aprimorada com a conclusão de cada fase do projeto. No cenário atual, o objeto de custo UORG está concluído quanto à dimensão Pessoal e Custeio. Na sequência, apresenta-se uma proposta de sistematização de custos de um dos produtos do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNADC).

4.2.2 Levantamento dos custos da PNADC

Para identificar os custos foi necessário consultar o sistema Tesouro Gerencial, que por sua vez os extraiu do SIAFI, a fim de obter as informações acerca dos Empenhos Liquidados Pagos, ou seja, aqueles gastos que efetivamente foram desembolsados no ano de 2017 por

Plano Interno. O plano interno, segundo o Manual SIAFI (STN, 2018), é uma ferramenta para planejamento e acompanhamento dos projetos ou atividades dos ministérios ou órgãos.

Por meio de análise das planilhas extraídas (Anexo A) foi possível perceber que os custos atribuíveis à PNADC dizem respeito àqueles que suportam a infraestrutura do órgão, representados pelo PI INFRA, àqueles destinados a promoção das atividades de pesquisa do órgão, rotulados com o PI PESQUISA, além do PI DDI que são os recursos oriundos da Diretoria de Informática e do PI FUNERAL NAT para prover o auxílio-funeral devido aos parentes de servidores aposentados falecidos. Alguns PI's são diretamente destinados às pesquisas, como o caso de AGROECOM (Censo Agro 2017) e POFCONT (Pesquisa de Orçamento Familiar), ou às demais áreas de atuação do IBGE, como GEOGRAFIA e GEODÉSIA, e por isso estão fora dos recursos relativos à PNADC. As Tabelas 1 e 2 demonstram os valores com a natureza de despesa detalhada, as despesas liquidadas e as despesas pagas. A Tabela 1 demonstra o PI INFRA, com os custos que suportam a infraestrutura do órgão.

Tabela 1 - Custos incorridos no PI INFRA em SC

Natureza Despesa Detalhada		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
33901414	Diárias no país	16.670,45	16.670,45
33903007	Gêneros de alimentação	40.891,79	40.891,79
33903016	Material de expediente	38.762,75	38.762,75
33903017	Material de TIC - material de consumo	8.374,40	8.374,40
33903025	Material p/ manutenção de bens móveis	49,90	49,90
33903026	Material elétrico e eletrônico	2.398,80	2.398,80
33903301	Passagens para o país	895,92	895,92
33903396	Passagens e desp. c/ locomoção - pagto antecipado	224,00	224,00
33903601	Condomínios	274.089,96	274.019,96
33903606	Serviços técnicos profissionais	300,00	300,00
33903615	Locação de imóveis	2.062.253,81	2.050.481,75
33903617	Tributos a conta do locatário ou cessionário	133.593,54	133.177,53
33903625	Serviços de limpeza e conservação	578.450,00	578.450,00
33903639	Fretes e transportes de encomendas	8.000,00	8.000,00
33903647	Serviços de estacionamento de veículos PF	7.890,00	7.890,00
33903669	Seguros em geral	553,60	553,60
33903696	Outros serv. de terceiros PF - pagto antecipado	191.140,00	191.140,00
33903701	Apoio administrativo, técnico e operacional	759.814,00	757.761,68
33903702	Limpeza e conservação	802.876,68	801.871,95
33903704	Manutenção e conservação de bens imóveis	34.249,12	34.014,54
33903902	Condomínios	715.245,53	715.245,53
33903910	Locação de imóveis	2.509.753,49	2.467.307,97
33903912	Locação de máquinas e equipamentos	153.519,54	153.519,54
33903915	Tributos a conta do locatário ou cessionário	172.329,76	172.329,76
33903916	Manutenção e conserv. de bens imóveis	267.283,46	265.841,07
33903917	Manut. e conserv. De máquinas e equipamentos	26.808,00	26.777,06
33903918	Serviços de estacionamento de veículos	352.828,96	351.355,76

33903920	Manut. e cons. de b. móveis de outras naturezas	17.160,00	17.160,00
33903943	Serviços de energia elétrica	1.125.047,56	1.125.047,56
33903944	Serviços de água e esgoto	49.053,45	49.053,45
33903947	Serviços de comunicação em geral	228.893,80	228.893,80
33903958	Serviços de telecomunicações	597.651,85	597.229,24
33903963	Serviços gráficos e editoriais	24.996,00	24.996,00
33903969	Seguros em geral	50.303,43	50.303,43
33903974	Fretes e transportes de encomendas	11.000,00	11.000,00
33903977	Vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	112.871,00	112.551,38
33903978	Limpeza e conservação	2.600,00	2.580,50
33903996	Outros serv. de terceiros PJ- pagto antecipado	800,00	800,00
33903997	Comunicação de dados	2.634.590,82	2.634.590,82
33904710	Taxas	60.941,17	60.941,17
33904716	Juros	22,53	22,53
33904722	Contribuição p/ custeio de iluminação pública	167.642,27	167.642,27
33904727	Multas indedutíveis	95,08	95,08
33909236	Outros serviços de terceiros - pessoa física	959,42	959,42
33909237	Locação de mão de obra	152.621,59	152.621,59
33909239	Outros serviços de terceiros - PJ	470.036,64	470.036,64
33909247	Obrigações tributárias e contributivas	1.484,00	1.484,00
33909302	Restituições	694,00	694,00
33914716	Juros	296,39	296,39
33914718	Providencialísticos	133.763,50	133.763,50
33914727	Multas indedutíveis	2.525,51	2.525,51
44905206	Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.965,75	4.965,75
Total		15.010.263,22	14.948.559,74

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O PI INFRA, apresentado na Tabela 1, traz os valores dispendidos para manter a infraestrutura do órgão em funcionamento adequado ao andamento das atividades de pesquisa, ou seja, são as atividades administrativas consideradas “meio” para os objetivos do Instituto. Os custos contemplam contratação de serviços, aluguéis, condomínios, energia, água, taxas, materiais, comunicação de dados, diárias, passagens, materiais, entre outros.

Os custos mais representativos, abarcando 47,85%, são locação: entre os aluguéis pagos a pessoas físicas (33903910) e a pessoas jurídicas (33903610), o valor pago nesses elementos reúnem R\$ 4.517.789,72 do total, ou 30,22%; comunicação de dados: inclui telefonia, internet, pacotes de dados, entre outros — R\$ 2.634.590,82, ou 17,62% do total; energia Elétrica: o valor com o serviço de fornecimento de energia soma R\$ 1.125.047,56, o que representa 7,53% do PI. A Tabela 2 apresenta os valores provenientes do PI PESQUISA com a finalidade de promover as atividades na área técnica do órgão:

Tabela 2 - Custos incorridos no PI PESQUISA em SC (Continua)

Natureza Despesa Detalhada		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
33901414	Diárias no país	866.163,08	865.939,22
33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.424.141,56	1.424.141,56

33903003	Combustíveis e lubrif. P/ outras finalidades	662,20	662,20
33903004	Gás e outros materiais engarrafados	3.934,70	3.934,70
33903007	Gêneros de alimentação	52.797,61	52.797,61
33903011	Material químico	2.153,69	2.153,69
33903016	Material de expediente	3.026,61	3.026,61
33903017	Material de TIC - material de consumo	735,90	735,90
33903019	Material de acondicionamento e embalagem	39,60	39,60
33903020	Material de cama, mesa e banho	1.361,88	1.361,88
33903021	Material de copa e cozinha	1.656,74	1.656,74
33903022	Material de limpeza e prod. de higienização	82.624,12	82.624,12
33903024	Material p/ manut. De bens imóveis/instalações	12.052,65	12.052,65
33903025	Material p/ manutenção de bens móveis	4.667,18	4.667,18
33903026	Material elétrico e eletrônico	26.610,28	26.610,28
33903028	Material de proteção e segurança	2.560,20	2.560,20
33903030	Material para comunicações	450,42	450,42
33903039	Material p/ manutenção de veículos	386.880,39	386.880,39
33903042	Ferramentas	215,00	215,00
33903044	Material de sinalização visual e outros	1.426,00	1.426,00
33903096	Material de consumo - pagto antecipado	224.137,63	224.137,63
33903301	Passagens para o país	25.557,27	25.557,27
33903305	Locomoção urbana	211.285,85	211.285,85
33903396	Passagens e desp. c /locomoção - pagto antecipado	145.937,23	145.937,23
33903617	Tributos a conta do locatário ou cessionário	52,96	52,96
33903639	Fretes e transportes de encomendas	2.400,00	2.400,00
33903696	Outros serv. de terceiros PF- pagto antecipado	2.600,00	2.600,00
33903910	Locação de imóveis	9.200,00	9.200,00
33903912	Locação de máquinas e equipamentos	6.480,00	6.480,00
33903916	Manutenção e conserv. de bens imóveis	12.526,94	12.526,94
33903917	Manut. e conserv. de máquinas e equipamentos	10.424,00	10.424,00
33903918	Serviços de estacionamento de veículos	173.274,00	173.274,00
33903919	Manutenção e conserv. de veículos	492.355,91	492.310,98
33903920	Manut. e cons. de bens móveis de outras naturezas	1.426,10	1.426,10
33903922	Exposições, congressos e conferências	4.396,49	4.396,49
33903925	Taxa de administração	10.201,38	10.201,38
33903936	Multas indedutíveis	12.502,20	12.502,20
33903946	Serviços domésticos	600,00	600,00
33903947	Serviços de comunicação em geral	315,00	315,00
33903950	Serv. médico-hospital., odontol. e laboratoriais	500,00	500,00
33903956	Serviços de tecnologia da informação	1.500,00	1.500,00
33903959	Serviços de áudio, vídeo e foto	665,50	665,50
33903961	Serviços de socorro e salvamento	11.750,00	11.750,00
33903963	Serviços gráficos e editoriais	2.808,15	2.808,15
33903974	Fretes e transportes de encomendas	1.441,44	1.441,44
33903978	Limpeza e conservação	44.030,00	44.030,00
33903983	Serviços de cópias e reprodução de documentos	3.729,93	3.729,93
33903992	Serviços de publicidade institucional	4.200,00	4.200,00
33903995	Manut. Cons. equip. de processamento de dados	880,00	880,00
33903996	Outros serv. de terceiros PJ - pagto antecipado	200.255,20	200.255,20
33909233	Passagens e despesas com locomoção	29.016,36	29.016,36
33909301	Indenizações	1.242,06	1.242,06
33909302	Restituições	4.808,76	4.808,76
33913936	Multas indedutíveis	12.328,04	12.328,04
33919239	Serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.123,66	1.123,66
Total		4.540.111,87	4.539.843,08

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O PI PESQUISA compõe-se daqueles valores despendidos nas atividades diretamente voltadas às pesquisas desenvolvidas - a atividade-fim do Instituto. Todo o esforço financeiro corresponde ao suporte à área técnica apresentada em Santa Catarina. Algumas das categorias de custos se repetem no PI INFRA, porém são enquadradas nesse Plano Interno devido à característica de destinação de recursos às pesquisas. As principais categorias são diárias, combustíveis, passagens, materiais e tributos e serviços diversos.

Dentre as quantias gastas, destacam-se os combustíveis e lubrificantes automotivos, no valor de R\$ 1.424.141,56, formando 31,37% do total; as diárias no País, pagas aos servidores efetivos para deslocamento a trabalho, com R\$ 866.163,08 ou 19,07% de todos os gastos; e o conjunto de manutenção e conservação de veículos com os materiais utilizados, que importam 19,37 % do total - R\$ 879.191,37.

Para o PI PDDI foram gastos R\$ 13.800,00 que dizem respeito aos recursos oriundos da Diretoria de Informática que encaminha créditos para contratação de serviços de pessoa jurídica na área áudio, vídeo e foto. Esses recursos foram utilizados pela UE-SC em 2017 com destinação ao Censo Agro 2017 que se iniciou nesse ano e encerrou-se em 2018.

O PI FUNERAL NAT somou R\$ 121.035,03 que corresponde a numerário voltado ao pagamento de auxílio-funeral de servidores que faleceram no período. No caso do ano de 2017, os valores referiam-se a servidores inativos, ou seja, aposentados. O modo de pagamento é por meio de reembolso, ou seja, o familiar que reclamar o benefício, equivalente a um mês da remuneração, deve ter custeado os ritos funerários. Os próximos valores levantados são os custos com pessoal. A Tabela 3 apresenta informações elaboradas a partir da extração de valores dos relatórios fornecidos pela GRH.

Tabela 3 - Custos incorridos com Pessoal em SC

Pessoal	Total
Supervisão	
Remuneração bruta	943.475,37
Descontos em folha	180.587,22
Remuneração líquida	762.888,15
Cota de INSS patronal	60.542,07
Subtotal (Remuneração líquida + Cota de INSS patronal)	894.785,14
Gerência	
Remuneração bruta	237.481,93
Descontos em folha	78.619,29
Remuneração líquida	158.862,64
Cota de INSS patronal	19.532,72
Subtotal (Remuneração líquida + Cota de INSS patronal)	195.852,46
Total	1.090.637,60

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

As informações acerca da Folha de Pagamento não são acessíveis por meio do SIAFI ou do Tesouro Gerencial. Todos os pagamentos referentes aos proventos dos servidores são realizados por meio do SIAPE, ao qual somente a GRH tem acesso. Assim, o setor encaminhou, mediante solicitação e autorização prévia, os valores pagos aos que trabalharam diretamente na Supervisão em Florianópolis e na Gerência Estadual da PNADC. Com os dados anônimos foi possível formular a Tabela 3 apresentando o valor bruto recebido, incluindo todos os pagamentos, os descontos realizados em folha, o valor líquido pago aos servidores e a parcela de 20% de INSS devido pelo IBGE como empregador e que incide sobre toda a remuneração, excluídas as indenizações. Portanto, para efeitos de cálculos do custo, utilizou-se a remuneração líquida e a cota de INSS patronal. Em seguida, apresenta-se os custos com diárias pagas aos servidores. A Tabela 4 foi construída com base nos valores destinados aos servidores da Supervisão e da Gerência.

Tabela 4 - Custos incorridos com Diárias em SC

Diárias	Total
Supervisão	18.256,01
Gerência	6.851,16
Total	25.107,17

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os valores concernentes às diárias pagas aos servidores atuantes na Supervisão e Gerência da PNADC foram extraídos do SIAFI, pois são pagos por ordem bancária e não por meio da folha de pagamento, uma vez que devem ser entregues aos servidores até três dias antes da viagem programada. Assim, a Tabela 4 foi elaborada por meio da extração manual dos dados das ordens bancárias pagas aos servidores.

As Tabelas 3 e 4 foram divididas entre Supervisão e Gerência devido à atribuição dos servidores envolvidos. No caso da Supervisão da PNADC em Florianópolis, o trabalho é voltado à pesquisa nesse âmbito. Já a Gerência Estadual da PNADC trata de assuntos que envolvem as atividades em toda Santa Catarina.

Há também os gastos com depreciação de bens móveis que, para o ano de 2017, totalizaram R\$ 618.578,89. Os valores de depreciação mensal são produzidos no sistema SDA e colhidos por meio de relatórios para então serem lançados no SIAFI e refletirem contabilmente o patrimônio da UE-SC. Todos os meses são elaboradas planilhas que controlam a evolução mensal e acumulada da depreciação, para envio à Sede do órgão de

modo a acompanhar as contas. Por meio dessas planilhas é que se obteve o valor da depreciação anual.

Nessa seção foi possível contextualizar o IBGE, sua história, suas pesquisas e atividades, e a PNADC em especial. Também apresentou-se o estado atual da apuração de custos no IBGE, em face da obrigatoriedade da adoção do sistema de custos para o Governo Federal. Os estudos estão em fase de desenvolvimento, com vistas a adotar um método de custeio apoiado no mapeamento das atividades do órgão.

Enquanto os sistemas não estão em funcionamento, diante da falta de prazo para o cumprimento total das normas sobre o assunto, esse trabalho propõe-se a sistematizar os custos da PNADC em Florianópolis de modo a contribuir com a apuração e a gestão de custos, assim como com o andamento da pesquisa. Para tanto, levantaram-se os gastos para a pesquisa no ano de 2017, conforme o recorte selecionado metodologicamente. Então, classificaram-se os gastos entre custos diretos e indiretos - para os quais foi estabelecido um critério de rateio apoiado na carga de trabalho do Estado. Por fim, aplicou-se o critério aos custos indiretos que, somados aos diretos, compuseram o custo anual da PNADC na Agência da Capital e acerca de todas as informações percebidas e trabalhadas, pode-se inferir análises e sugestões. Esse processo será exposto na seção seguinte.

5 RECOMENDAÇÕES E PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DE CUSTOS

A seção reúne a proposta de sistematização de custos da PNADC em Florianópolis, com as etapas para identificação dos gastos, segregação entre custos diretos e indiretos e definição do critério de rateio para distribuição desses últimos ao objeto de custeio. Também são apresentadas inferências e sugestões a partir dos valores encontrados.

5.1 PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS CUSTOS DA PNADC

A sistematização dos custos da PNADC em Florianópolis é embasada no custeio por absorção. Esse método foi escolhido por ser o mais adequado para o conhecimento dos gastos e das atividades que se possui no momento, assim como a forma de extração das informações e relatório de custos disponíveis. O órgão ainda não apresenta mapeamento de todas as atividades e processos desenvolvidos para que se possa estabelecer a que cada custo corresponde; como os sistemas ainda não estão funcionando de modo interligado e voltado à contabilidade de custos, muitos dos dados são colhidos manualmente e isso inviabiliza cobrir todos os aspectos, especialmente em função do tempo e do trabalho que arranjá-los demanda. O custeio por absorção propõe um critério de rateio para apropriação dos custos indiretos, caso em que é necessário encontrar um meio de atribuir os valores aos serviços (pesquisas) da empresa. Essa foi a forma encontrada para que se agreguem todos os custos ao produto em questão, a PNADC, com as informações de custo, a estrutura e os recursos disponíveis no momento.

A proposta de sistematização dos custos da PNADC trata do diagnóstico dos recursos destinados ao processo da pesquisa e na infraestrutura necessária à manutenção das atividades do órgão. A proposta parte da totalidade dos gastos do IBGE em Santa Catarina, a investigação desses valores e a obtenção do custo da pesquisa em Florianópolis. O processo iniciou-se com a identificação dos gastos que o órgão efetuou em 2017 - sejam eles aqueles que sustentam a estrutura do órgão ou aqueles envolvidos na prática das atividades de pesquisa - e quais deles estão atrelados à PNADC, com segregação da região de Florianópolis. Esses gastos foram então classificados entre custos diretos, prontamente atribuíveis ao objeto de estudo, e custos indiretos, ou seja, aqueles que não se pode distinguir a que se referem.

Portanto, os custos identificados como diretos foram diretamente apropriados ao custo final. De modo a viabilizar o custeio daqueles apontados como indiretos, estabeleceu-se um critério de rateio baseado nas atividades de pesquisa realizada no Estado. A partir dessa

divisão, atribuiu-se a parcela dos custos correspondente ao objeto estudado. Por fim, a concatenação dos critérios e processos para efetuar os cálculos resultou no custo final almejado. Na sequência o percurso realizado para a conclusão das etapas será detalhado.

5.1.1 Classificação dos gastos

A classificação dos custos para a utilização do método por absorção é realizada entre custos diretos, ou seja, aqueles que podem ser propriamente identificados como produto ou serviço em questão, e indiretos, ou seja, que não se pode prontamente imputar ao elemento estudado e que demanda algum parâmetro para dividir os custos entre todos os objetos que consomem os recursos. Os valores identificados como gastos durante o período estudado foram analisados também para identificar o que não eram custos, mas investimento. No PI INFRA há o elemento 44905206 - Aparelhos e equipamentos de comunicação, que se refere à aquisição de bem permanente e, portanto, não foi considerado para a composição dos custos. Porém, o valor da depreciação desse bem está incorrido nos custos do período. Os custos diretos são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Custos diretos da PNADC

Pessoal	Total
Pessoal (Supervisão)	
Remuneração líquida	762.888,15
Cota de INSS patronal	60.542,07
Subtotal (Remun. líquida + Cota de INSS patronal)	894.785,14
Diárias (Supervisão)	
Diárias	18.256,01
Total	913.041,15

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os custos diretos relativos à PNADC são os relacionados à mão de obra e diárias. Nos valores concernentes à mão de obra estão incluídos os salários, auxílios transporte e alimentação, INSS patronal (a parte paga pelo empregador), indenizações de campo (devidos aos servidores efetivos que efetuaram pesquisa em campo), férias, gratificação natalina, gratificações por função (concedidas para alguns servidores devido à função exercida), gratificações por desempenho (correspondente à avaliação de desempenho realizada semestralmente, com nota do órgão e individual) e gratificação por qualificação (proveniente de titulação apresentada pelo servidor). Os pagamentos de diárias são, assim como os acima citados, diretamente ligados aos servidores alocados no setor responsável pela PNADC em

Florianópolis. Como já foi exposto, somente nessa cidade a pesquisa recebe o tratamento de Supervisão segregada da Agência - nos demais municípios a PNADC está inserida no trabalho das agências assim como todas as demais pesquisas. Na Tabela 6 estão apresentados os custos indiretos agrupados pela natureza da despesa.

Tabela 6 - Custos indiretos da PNADC

Natureza Despesa		Despesas Pagas
339008	Outros benef. assist. do servidor e do militar	121.035,03
339014	Diárias - pessoal civil	882.609,67
339030	Material de consumo	90.477,64
339033	Passagens e despesas com locomoção	1.119,92
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.244.012,84
339037	Locação de mão-de-obra	1.593.648,17
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	9.006.582,87
339047	Obrigações tributárias e contributivas	228.701,05
339092	Despesas de exercícios anteriores	625.101,65
339093	Indenizações e restituições	694,00
339147	Obrig. tribut. e contrib-op. intra-orçamentárias	136.585,40
339139	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica (intra)	12.328,04
339192	Despesas de exercícios anteriores	1.123,66
Subtotal		15.944.019,94
Pessoal (Gerência)		195.852,46
Diárias (Gerência)		6.851,16
Depreciação		618.578,89
Total		16.765.302,45

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os custos indiretos dizem respeito aos demais custos realizados no período para a manutenção das atividades do órgão - os suportes técnico e administrativo necessários para que seja possível colher dados, processá-los e divulgar os resultados da PNADC. Na tabela 8 é possível identificar os custos indiretos com os recursos orçamentários dos PI's e com pessoal e diária daqueles trabalhadores da Gerência Estadual da PNADC em Santa Catarina, que devem ser atribuídos à pesquisa realizada em Florianópolis na proporção em que contribuem para sua realização; dos gastos com diárias, foram excluídos aqueles que já constam como diretos.

O que se pode observar na Tabela 6, com a junção dos gastos dos PI's INFRA e PESQUISA em naturezas de despesas, é que o maior gasto é com contratação de serviços de pessoa jurídica, com 56%, seguido dos serviços de pessoa física, 20% e de locação de mão de obra, 10%. Nesses gastos com pessoa jurídica estão incluídos os aluguéis, internet, telefonia e energia elétrica, que são muito significativos; os aluguéis também influenciam na representatividade dos serviços de pessoa física.

Para viabilizar a apropriação dos custos indiretos na PNADC, foi necessário identificar e estruturar uma medida de rateio com base nas características peculiares ao IBGE e às atividades que realiza; para tanto, utilizou-se critérios de rateio embasados no trabalho realizado no ano de 2017 no órgão.

5.1.2 Critério de rateio

O critério utilizado para atribuir os custos indiretos à PNADC partiu da identificação da carga de trabalho da UE-SC — a carga de trabalho é um indicador composto pela quantidade de questionários respondidos para cada pesquisa realizada no Estado. Uma vez por ano o BDOSC é alimentado com essas informações: os supervisores de cada pesquisa têm alguns dias para inserir os números que obtiveram no SIGC, posteriormente validados pela Gerência de Planejamento e Supervisão (GPS), que orquestra todas as supervisões. Essa carga de trabalho, detalhada no Anexo B, e exibida quanto às informações recortadas na Tabela 7, é quantificada por agência e por pesquisa, além de apresentar as totalidades nessas categorias e em um agrupamento da UE-SC.

A opção pelo indicador da carga de trabalho deve-se ao fato de as pesquisas serem o principal produto do IBGE. Assim, a partir da representatividade de cada pesquisa no âmbito das atividades, é possível relacionar o quanto dos recursos as pesquisas consomem em todos os níveis. Esse critério é o mais indicado por tratar dos trabalhos realizados e por estar disponível em quantidades validadas anualmente. Outros critérios, como número de pessoas, consumo de algum recurso, utilização de viaturas, entre outros, são menos precisos pois misturam-se nos quantitativos, uma vez que os servidores atuam em esforços e espaços compartilhados para diversos processos. Assim sendo, utilizou-se o mesmo critério para todos os custos indiretos, pois mesmo esses são difíceis de segregar em termos de pesquisas.

Uma vez que o escopo desse trabalho é a PNADC em Florianópolis, o primeiro passo foi dissecar quanto do trabalho em Santa Catarina é realizado na Agência Florianópolis - demonstrado na Tabela 7, sendo a percentagem resultante de 14,8225413167163% (dividiu-se 16.413 questionários de Florianópolis pelos 110.730 questionários do Estado). Conforme essa percentagem foi aplicada nos valores que se desejava extrair dos gastos, sobre o resultado ainda era necessário destacar somente quanto do trabalho em Florianópolis representa a PNADC - o valor obtido, foi de 51,1789435203802% (dividiu-se 8.400 questionários da PNADC pelos 16.413 totais em Florianópolis). Ainda, gastos realizados com a pesquisa, mas no âmbito Estadual, demandaram um critério que leva em conta quanto a PNADC em

Florianópolis representa de todos os questionários da PNADC na UE/SC - importou em 15,94654112% (dividiu-se os 8.400 questionários em Florianópolis pelos 52.676 da PNADC em toda Santa Catarina), os resultados são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Cálculo de Carga de trabalho para a PNADC em Florianópolis

Agência	PNADC	Total	Agência Fpolis/UE-SC	PNADC/Agência Fpolis	PNADC UE-SC /PNADC Fpolis
Araranguá	2128	3579			
Blumenau	4480	10946			
Brusque	1568	3875			
Canoinhas	2464	3914			
Chapecó	2744	6231			
Concórdia	1792	3363			
Criciúma	1952	5166			
Curitibanos	840	1832			
Florianópolis	8400	16413	14,82%	51,17%	15,94%
Itajaí	4300	9873			
Jaraguá do Sul	3080	7348			
Joaçaba	1848	3703			
Joinville	3976	9744			
Lages	2520	4126			
Orleans	784	2005			
Palmitos	1176	2107			
Rio do Sul	2016	4207			
São Lourenço do Oeste	960	1846			
São Miguel do Oeste	1344	2555			
Tubar	2736	4707			
Videira	1568	3190			
UE-SC	52676	110730			

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Por meio de etapas, portanto, foi possível destacar quanto dos gastos indiretos (INFRA e PESQUISA) foram dispendidos para a PNADC em Florianópolis. Primeiro selecionando a Agência Florianópolis dentre o total para o Estado, e do custo da Agência Florianópolis, quanto gastou-se para realizar a PNADC. Esse critério pautou todos os rateios de custos indiretos, de modo a recortar os gastos da pesquisa dentre as demais realizadas pela unidade de Santa Catarina.

5.1.3 Apuração dos custos

Para que os custos indiretos fossem propriamente distribuídos à PNADC em Florianópolis, aplicou-se o critério de rateio nos itens selecionados para compor o custo final. O tratamento para os custos indiretos foi diferente para os gastos de pessoal e diária e para os

demais provindos dos PI's. No caso da mão de obra, utilizou-se o percentual para o cálculo de rateio que corresponde quanto da PNADC em nível Estadual é realizada em Florianópolis. Isso se deve ao fato de os custos indiretos das demais categorias terem de ser selecionados entre todas as pesquisas do IBGE para o quanto representa Florianópolis e só então quanto do trabalho dessa Agência corresponde a PNADC. Para os valores pagos aos servidores da Gerência da PNAD, foi somente necessário identificar quanto do trabalho deles é destinado a Florianópolis. Assim, na Tabela 8 estão os gastos com pessoal e diária e na Tabela 9 os demais custos indiretos.

Tabela 8 - Custos indiretos com rateio

Custos	Subtotal	PNADC UE-SC - PNADC Agência Fpolis
Percentual		15,94%
Pessoal (Gerência)	195.852,46	31.231,69
Diárias (Gerência)	6.851,16	1.092,52
Total		32.324,22

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 8 reúne os valores de custos indiretamente relacionáveis à pesquisa realizada em Florianópolis, que tratam de pessoal e diárias aos quais foram aplicados o percentual de 15,94% que corresponde o quanto a agência representa no trabalho da PNADC no Estado. A Tabela 9 resume os demais custos indiretos, compostos pelos recursos dos PI's e pelo consumo com depreciação dos bens móveis:

Tabela 9 - Custos indiretos de PI's e depreciação com aplicação de rateio

Custos	Total	Agência Fpolis - UE/SC	PNADC - Agência Fpolis
Percentual		14,82%	51,17%
PI's	15.918.912,77	2.359.587,42	1.207.611,91
Depreciação	618.578,89	91.673,39	46.909,27
Total			1.254.521,18

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os custos indiretos percebidos, com pessoal, diárias e os demais provindos do orçamento foram rateados para que se pudesse atribuir, da totalidade do Estado em 2017, somente aquilo consumido pela Supervisão da PNADC na capital e nos outros 15 municípios recortados nos arredores. A Tabela 10 reúne todos os custos da PNAD em Florianópolis para o ano 2017, com os valores de pessoal, diárias e os demais orçamentários.

Tabela 10 - Custos da PNADC em Florianópolis

Custos	Total
Pessoal e diária (direto)	913.041,15
Pessoal e diária (indireto)	32.324,22
PI's (indireto)	1.207.611,91
Depreciação (indireto)	46.909,27
Total	2.199.886,55

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

No total, foram gastos R\$ 2.199.886,55 para o desenvolvimento da PNADC, abrangendo os custos diretos e indiretos, com pessoal, diárias, materiais, serviços, aluguéis, combustíveis, internet, energia elétrica, telefonia, entre outros. Para compor esse resultado, primeiro levantaram-se todos os custos perceptíveis no período, para aplicação direta na pesquisa ou para a manutenção da infraestrutura que suporta as atividades “fim”. Depois, classificaram-se os valores entre custos diretos e indiretos; para que fosse possível atribuir todos os custos, elaborou-se um critério de rateio com base na carga de trabalho de cada uma das pesquisas.

Os custos diretos, que nesse caso reportam somente às despesas com pessoal, podem ser atribuídos prontamente à pesquisa; porém, os custos indiretos, que ultrapassam a metade do total, são bastante significativos e dependem de medida de distribuição entre as atividades do IBGE. Isso traduz em uma arbitrariedade que pode atrapalhar na proximidade do valor real dos custos, mas demonstrou-se o único possível, no momento, de chegar aos custos da PNADC em Florianópolis.

Dos gastos efetuados, 43% compõem-se dos custos com pessoal, direto e indireto. O valor é relevante, porém, devido à proporção elevada de servidores temporários em relação aos servidores efetivos, que percebem remuneração maior. Ainda que os valores de pessoal do corpo administrativo não estejam incluídos, é possível identificar que esse é o custo mais significativo para essa pesquisa; isso é percebido em todo o IBGE, uma vez que o gasto com pessoal, entre ativo e inativo ultrapassa 80% do orçamento do órgão (IBGE, 2018 relatório gestão). Isso decore, conforme observado na prática do órgão e na literatura sobre a Administração Pública, devido à característica do serviço público que é composto especialmente pela mão de obra de seus servidores. O corpo de pessoal utiliza-se de recursos financeiros, materiais e temporais para dispor os trabalhos que atendem ao interesse coletivo.

Os custos do IBGE para todo o Brasil, no ano de 2017 foram de R\$ 2.575.594.904,02, e desses, R\$ 1.024.211.485,72 dizem respeito à pessoal ativo e encargos patronais. Isso representa 39% de todo o valor dispendido para o funcionamento do órgão naquele ano; na

sequência, os demais serviços de terceiros, com 15,74% e telecomunicação com 2,49%. Para Santa Catarina, os mesmos gastos corresponderam à R\$ 79.061.873,04. Desse valor, R\$ 23.001.848,75, ou 29,09%, foram gastos com pessoal ativo; com serviços prediais, R\$ 1.202.658,79 ou 1,52%; e o terceiro item de maior representatividade foram os serviços de saúde, com R\$ 732.367,45 (0,93%). Finalmente, em Florianópolis, para todo o ano de 2017 gastou-se R\$ 9.853.232,14, dos quais R\$ 1.448.689,60 (14,70%) dizem respeito ao gasto com pessoal ativo, R\$ 179.855,29 (1,83%) foram os demais serviços prediais e os serviços de saúde somaram R\$ 109.082,67 (1,11%). Para a PNADC em Florianópolis, conforme os cálculos levantados por esse trabalho, foram gastos R\$ 2.152.977,28, dos quais R\$ 894.785,14 (41,56%) são com pessoal. A proporção na pesquisa, e mesmo no IBGE, deve-se ao fato de que os trabalhos de coleta atribuídos aos servidores são o principal recurso consumido; evidentemente ainda, que caracteriza muito mais direcionado à coleta da pesquisa e por isso torna-se mais oneroso.

A análise dos valores dispendidos para a realização da PNADC em Florianópolis permite que sejam identificados os recursos mais consumidos. No caso da PNADC o valor de pessoal, que é preponderante e inflexibilizado pela característica do órgão, pode ter seu aproveitamento aprimorado por meio da análise das atividades, remanejamentos e aproveitamentos dos processos.

No PI PESQUISA, os gastos mais relevantes foram com combustíveis e lubrificantes, seguido de diárias e manutenção de veículos. A manutenção das pesquisas depende do uso de veículos para deslocamento dos servidores, especialmente nas agências, que explica os combustíveis e os materiais e serviços aplicados na manutenção das viaturas. Para cobrir os municípios sob o alcance de cada uma, geralmente é preciso se deslocar em distâncias maiores, realizar visitas aos domicílios (no caso das pesquisas domiciliares), aos estabelecimentos agropecuários (nos casos das pesquisas agropecuárias), a órgãos públicos ou empresas (para pesquisas sociais e econômicas). Ainda, os trabalhos na área de geodesia e meio ambiente demandam viagens longas para coleta de informações, observações e análises de solo, demarcações territoriais, entre outros. Além disso, o trabalho administrativo também exige utilização desses automóveis para deslocamento de servidores a trabalho, além do carregamento de materiais. A movimentação dos servidores em território estadual, quando implica em troca de município, resulta em diárias, sendo assim, os maiores gastos traduzem as necessidades de deslocamento para as pesquisas.

Para os gastos com o suporte administrativo do órgão, no PI INFRA, os gastos mais relevantes são com aluguel, comunicação de dados, telefonia e energia elétrica. Na capital, o

imóvel que abriga a área técnica, da pesquisa e a agência de Florianópolis é alugado: são três andares de salas comerciais em um edifício no Centro da cidade. Além disso, algumas das agências pelo Estado também são lotadas por meio de locação, acompanhada de encargos como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e condomínio. O IBGE ocupa imóveis cedidos pelo Secretaria do Patrimônio da União (MPU), além de possuir imóvel próprio que abriga a Sede do órgão, com as estâncias administrativas, em Florianópolis. Os valores com telefonia, comunicação de dados e energia elétrica são elevados devido ao consumo de recursos no suporte aos espaços ocupados pelos servidores e são exigência para a manutenção das atividades e o fluxo das informações.

Ao perceber os custos totais da PNADC em Florianópolis, podemos fazer uma investigação da carga de trabalho utilizada como lógica para a divisão dos custos indiretos ao objeto de custo. Em 2017, em Santa Catarina, foram realizados 16.413 questionários da pesquisa, dos quais 8.400 somente na região coberta por Florianópolis, ou seja, 51,17%. O percentual revela a importância que essa região com 16 municípios representa diante dos 295 municípios do Estado. A amostra de domicílios na área é assim definida devido às características dos municípios e das populações ali residentes.

Um recorte mais específico pode ser feito na análise do custo da PNADC: o valor por questionário colhido. A Tabela 11 apresenta o cálculo do custo por questionário em Florianópolis:

Tabela 11 - Custos da PNADC em Florianópolis por questionário

Custos	Custos	Questionários	Custo/Questionário
Custo PNADC	2.199.886,55	8.400	261,89
Total			261,89

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Por meio da divisão entre o custo total da PNADC pelo número de questionários coletados nos domicílios sob a alçada de Florianópolis, chegou-se ao valor de R\$261,89 por questionário respondido. Cada domicílio pesquisado resulta em um número de questionários que corresponde aos habitantes daquela residência; ou seja, os pesquisadores podem, em uma mesma visita, produzir diversos questionários que possuem, cada um, o valor apontado. Os questionários são iniciados, mas podem ser pausados e retomados, caso seja necessário efetuar correções ou complementações. O custo de cada questionário proporciona embasamento para projeção de custo total da pesquisa em cada período, relacionando o

tamanho da amostra, o tempo para coleta, o corpo técnico e os recursos necessários para sua execução.

O orçamento para as pesquisas do IBGE decorre do Plano Plurianual (PPA) do órgão, desenvolvido para os 5 anos seguintes, que por sua vez reflete o Planejamento Estratégico (PE) feito para um período decenal. O PPA do órgão para 2016-2019 prevê como Programa Temático “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”. Dentre as ações no plano orçamentário para o período está a realização da PNADC como Ação “Pesquisas e Estudos Estatísticos”. A Figura 4 apresenta o detalhamento do programa, com as ações para alcance das estratégias:

Figura 4 - Programa Temático

2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	
<i>Diretriz Estratégica: Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.</i>	
<i>Eixo Estratégico: Fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.</i>	
<i>Objetivo 1160: Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos.</i>	
Ação	Plano Orçamentário
Pesquisas e Estudos Estatísticos	<i>Pesquisas Conjunturais, Estruturais e Especiais</i>
	<i>Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua</i>
	<i>Implantação da Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua</i>
	<i>Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Ampliado</i>
	<i>Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias – SNPA</i>
Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	<i>Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais</i>
	<i>Mapeamento Terrestre de Referência</i>
	<i>Sistema Geodésico Brasileiro</i>
Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais	<i>Acompanhamento e Atualização da Estrutura Territorial do Brasil</i>
	<i>Organização das demandas do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais</i>
	<i>Consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Especiais – INDE</i>
Gestão da Documentação e Disseminação de Informações	<i>Integração do Sistema Nacional de Informações Oficiais</i>
	<i>Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas</i>
Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos	<i>Sistema de Informações Geográficas do Brasil–SIG Brasil</i>
Censos Demográfico e Agropecuário	<i>Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos</i>
	<i>Censo Agropecuário</i>

Fonte: IBGE, 2018.

A Ação Pesquisa e Estudos Estatísticos, segundo o Relatório de Gestão 2017, tinha uma dotação de R\$ 41.743.096,00, dos quais R\$ 38.072.593,00 foram empenhados e R\$ 34.273.762,00 foram liquidados. Essa Ação, conforme a Figura 4, inclui outras pesquisas, mas o relatório informa que houve 12 resultados da PNADC Mensal e 4 da PNADC Trimestral para o período, com integralidade no cumprimento das ações planejadas. Somente para a PNADC, no PPA 2016-2019, que é o mais recente divulgado, o Plano Orçamentário previa R\$

17.230.680,00 para o Produto Resultado Divulgado que é a métrica de Produto no orçamento. O valor previsto abarca as atividades em todo o País, que serão repassados para o IBGE de acordo com a programação orçamentária. Em Santa Catarina, a UE-SC informa os valores necessários ao adimplemento de seus pagamentos mensalmente, por meio de sistemas gerenciais internos, e então o setor responsável na Sede repassa o crédito para que se possa proceder com os empenhos e, posteriormente, os pagamentos. O conhecimento dos custos e a proposição da replicação do modelo de sistematização de custos para a PNADC pode promover um conhecimento mais detalhado e apurado de o quanto é necessário para realizar a pesquisa de acordo com as amostras definidas para um período.

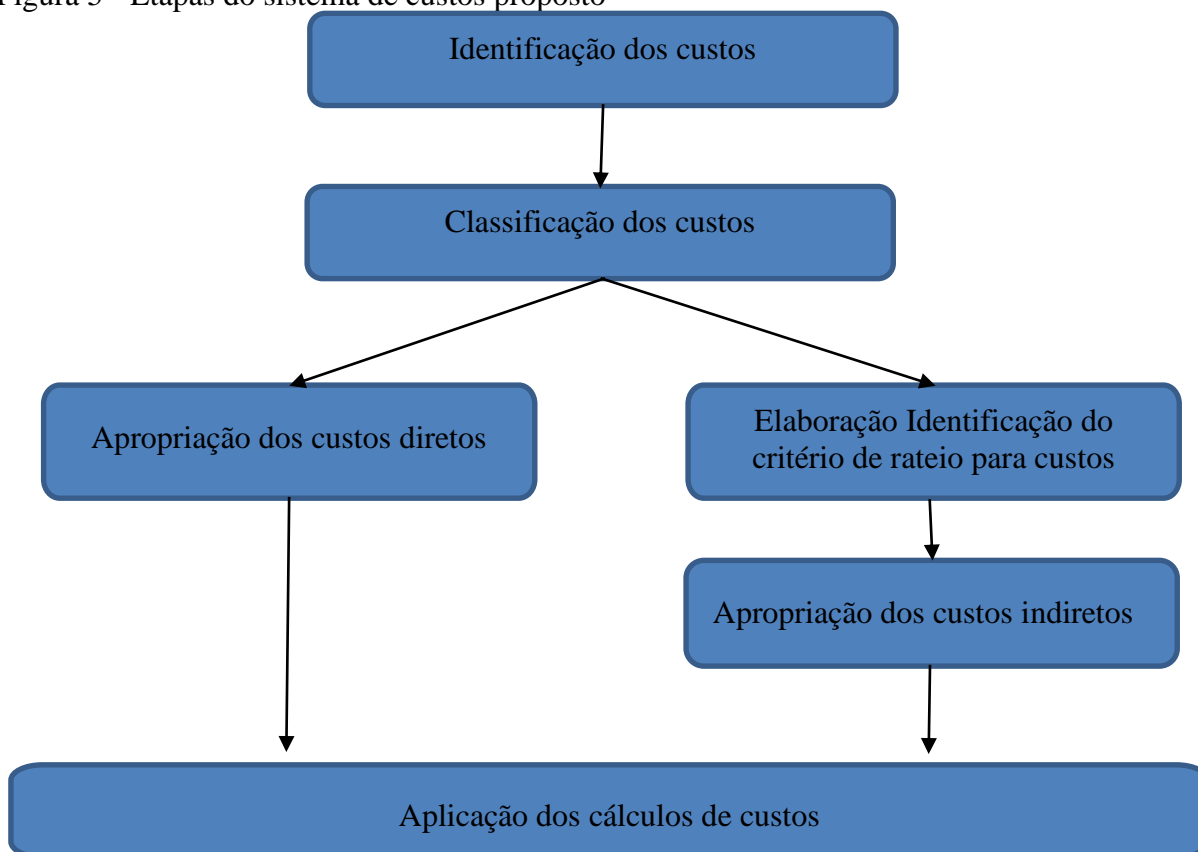
Atualmente, não é possível capturar as informações de custos diretamente dos sistemas gerenciais; portanto a necessidade de um esquema que se utilize das informações como elas se apresentam no momento, tanto para a compreensão do cenário atual quanto para reflexão e ação no sentido de buscar o modelo desejado e exigido. O passo inicial deu-se em 2018 com a obrigatoriedade de preenchimento da aba Centro de Custos no CPR do SIAFI, em cada órgão incluirá seu Objeto de Custo (pode ser uma unidade, um produto ou um programa), referência (a data do fato gerador), a UG a que é atribuído e o valor para cada Centro de Custo, além da codificação do Tipo de Custo e da Natureza da Despesa. Possivelmente, no ano seguinte, as primeiras informações com a composição de custos de cada órgão poderão ser extraídas. O ideal é que se possa executar filtros por período, por UG, por Objeto de Custos, dentre tantos cruzamentos possíveis para examinar a destinação, a oscilação e os excessos de custos.

Por meio do modelo proposto, pode-se aplicar à PNADC e às demais pesquisas no resto do Estado, observando as particularidades das atividades no interior e avaliando quais os custos diretos e indiretos nesse caso. O critério para a distribuição dos custos indiretos aplica-se mesmo nesses casos, já que a carga de trabalho é o fator compartilhado a todas as pesquisas, em todos os níveis. É indispensável avaliar os processos envolvidos em cada uma delas, especialmente quanto à mão de obra, recurso que mais impacta nos custos do órgão, pois para cada trabalho utiliza-se de maneira e frequência diferentes. Como mencionado, a lógica aplicada aos custos indiretos se repete e então só é relativa a identificação dos custos diretos inerentes.

5.2 PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO PARA AS DEMAIS AGÊNCIAS E PESQUISAS

Essa pesquisa teve como propósito a sistematização dos custos da PNADC em Florianópolis. Para tanto, foram coletadas informações a respeito do órgão, seu funcionamento, os trabalhos desenvolvidos, os produtos ofertados à sociedade, a metodologia e a realização da PNADC na capital e as informações que possibilitaram reunir os custos com a pesquisa. Porém, para que o modelo seja aplicado às demais pesquisas e em todas as agências, são necessárias alguns ajustes. A Figura 5 apresenta um esquema que pode auxiliar e balizar as etapas necessárias à sistematização dos custos a outras pesquisas e em outras as agências.

Figura 5 - Etapas do sistema de custos proposto



Fonte: Elaborada pela autora (2018). Adaptado de Martins (2010).

Os sistemas consultados para identificação dos custos são o SIAFI, o Tesouro Gerencial e os relatórios dos sistemas gerenciais internos do IBGE. Também há a necessidade de consultas ao GRH para obter dados de acesso exclusivo à área, a fim de levantar custos com pessoal e o quantitativo de servidores efetivos e temporários que atuam em cada agência. Os dados, coletados em forma de relatórios, planilhas e figuras, são transformados em tabelas.

A partir destas informações, identifica-se os custos incorridos e quais são atribuíveis diretamente ao objeto de custo e quais são custos indiretos que implicam a utilização de um critério de rateio para distribuí-los entre as pesquisas do órgão. O critério foi definido com base na carga de trabalho representada por pesquisa em um ano: são extraídas as quantidades de questionários de todas as pesquisas no Estado para o período e os percentuais calculados de acordo com a proporcionalidade de cada pesquisa em cada nível de agência. Então, aplica-se esses percentuais sobre os custos indiretos que, somados aos diretos formam o custo individual de uma pesquisa.

Para que o modelo seja replicado, necessita de adaptações à realidade de cada pesquisa, que envolve quantitativo de pessoal diferente, com dedicação na maior parte das vezes compartilhada a diversas atividades, deslocamentos divergentes, pesquisados diversos, entre outras características. As adaptações referem-se ao levantamento da mão de obra direta de cada pesquisa, nos casos em que seja possível identificar, ou o rateio da mão de obra indireta entre as pesquisas realizadas simultaneamente pelos servidores conforme o mesmo critério definido para esse trabalho. Para que se aplique às demais agências, deve-se considerar o número de servidores em cada agência, no âmbito dos gastos com pessoal, e considerar novos cálculos com base na representatividade em números de questionários dentre cada pesquisa nas agências. Além disso, é necessário observar a periodicidade em que elas ocorrem, uma vez que as pesquisas são realizadas de acordo com o planejamento de extração de dados e de divulgação de resultados, de modo que se considere para cálculos da proporção da carga de trabalho somente as pesquisas que estão ocorrendo durante o período que se deseja apurar os custos. Com a evolução dos trabalhos de sistema de custos no Governo Federal, será, provavelmente, mais acessível ao recolhimento das informações integradas dos sistemas.

6 CONCLUSÕES

A proposta de sistematização dos custos PNADC em Florianópolis, que foi o objetivo geral dessa pesquisa, viabiliza o conhecimento em um escopo definido. O processo de identificação do problema, de levantamento das informações, de análise dos dados e de apuração dos custos permite formular um retrato da pesquisa na Agência da Capital. Ao observar esse retrato, pode-se inferir diversas concepções que auxiliam no processo de aprimoramento da pesquisa, das atividades e dos custos: somente a partir do conhecimento e do rastreamento dos recursos é que se pode adotar qualquer tipo de mudança.

O primeiro passo foi diagnosticar o estágio de implementação do sistema de informações de custos pelo IBGE. Já há um modelo de trabalho que se baseia em objetos de custo e dimensões de gasto que almeja desdobrar os custos de UORG para produtos e então ao nível de processo. Também estão sendo estudados os sistemas envolvidos na alimentação das informações de custos e como é possível integrá-los. Porém, no momento, ainda não se conhece os custos do IBGE. Esse trabalho contribui para os estudos e a definição dos critérios de apropriação dos custos, além de oferecer valores preliminares que podem ser comparados a outros métodos de extração das informações.

Diante dessas constatações, procedeu-se ao primeiro objetivo específico: identificação dos custos de uma das pesquisas realizadas pelo IBGE, a PNADC, selecionada diante das suas características de periodicidade e de segregação em Supervisão em Florianópolis. Como ocorre de modo separado nessa Agência, facilitou a identificação dos custos de mão de obra. Após consulta aos sistemas, documentos e relatórios, foi possível apontar os gastos totais da UE-SC, com o recorte temporal do ano de 2017.

Assim, passou-se para o segundo objetivo específico que foi sistematizar a apropriação dos custos da PNADC em Florianópolis. Após identificar os valores dispendidos pelo órgão em função da pesquisa, foram selecionados os custos diretos e indiretos do objeto de custeio; os diretos foram prontamente atribuídos, os indiretos demandaram um critério de rateio que foi elaborado com base na carga de trabalho no Estado, correspondente ao número de questionários colhido para todas as pesquisas realizadas no período. Por fim, reuniu-se todos os numerários para formar o custo total da PNADC em Florianópolis - R\$ 2.199.886,55.

A compreensão dos valores resultantes permitiu identificar itens de consumo para a produção da pesquisa, bem como realizar comparativos das informações orçamentárias sobre o órgão em nível nacional, estadual e de Agência. Para o custo apurado da PNADC em Florianópolis, 43% diz respeito ao pagamento de pessoal; em todo o IBGE esse valor diminui

para 39%. É possível observar que a mão de obra representa o valor mais relevante para o órgão, pois como os produtos do IBGE são serviços de informação geográfica e estatística, o capital intelectual apresenta-se como o fator de produção de maior significância, como ocorre no serviço público de modo geral. Justamente esse é o item de menor flexibilidade, pois a estabilidade dos servidores efetivos e a necessidade de mão de obra para executar os serviços faz com que não se possa efetuar cortes prontamente. Porém, atentar-se a esse quadro permite realizar realocações e aproveitamentos do recurso nas atividades e processos executados.

As necessidades de infraestrutura para que os trabalhos do IBGE sejam desenvolvidos, além do orçamento destinado à área técnica, compuseram outro conjunto de gastos. Dentre esses custos, os mais expressivos foram com combustíveis, manutenção de veículos, aluguéis, comunicação e energia elétrica. Também esses itens merecem investigação a fim de encontrar sobras, ineficiências ou desperdícios que possam ser corrigidos. Em apoio a gestão do órgão, o rastreamento dos custos permite realizar ajustes, reduções, cortes ou ampliações na aplicação dos recursos disponíveis para a UE-SC.

Decorrente do valor total, foi possível identificar o custo por questionário recolhido: R\$ 261,89; esse dado auxilia no entendimento da absorção dos recursos pela coleta, além de promover futuras análises acerca da pesquisa e seus custos. Cada domicílio visitado produzirá questionários de acordo com o número de residentes, isso permite planejar o aproveitamento da coleta, das visitas e dos recursos necessários. A amostra é planejada, assim como as visitas dos pesquisadores, para atingir o número de domicílios necessários para tanto. Porém, nem sempre é possível coletar as informações em todos os alvos, pois em algumas das residências não há ninguém durante as tentativas de visita. Essa situação resulta em uma capacidade desperdiçada de recursos, ou seja, seria possível colher mais questionários com o mesmo dispêndio.

O modelo limita-se a um critério de rateio que se mostrou o mais razoável para as informações e recursos que estão disponíveis no momento Mauss e Souza (2008) alertam que o modelo de custeio por absorção aplicado ao setor público pode causar arbitrariedade devido ao volume de gastos indiretos que resultariam em distorções nas informações. Esse modelo considerou como critério a carga de trabalho, que apresenta restrições por considerar o número de questionários no período, utilizando-se de distribuições, uma vez que as pesquisas ocorrem em períodos diferentes, de modo a produzir indicadores totais anuais. Mas nos autores também apoia-se a seleção desse critério, pois eles apontam que a implementação do custeio por absorção nesse setor apresenta um escopo mais simplificado e menos oneroso.

Para cumprir o terceiro objetivo específico, construiu-se um modelo, com base nos autores estudados, de modo a auxiliar a replicação da sistematização desenvolvida para a PNADC em Florianópolis a outras pesquisas e agências. Ainda que hajam características peculiares, as outras pesquisas partilham da estrutura administrativa e são contempladas no critério de rateio selecionado. Com as devidas adaptações e cálculos, é possível obter os custos indiretos em outros cenários e neles também propor revisão e melhorias nos custos.

Além de resultar no modelo de sistematização de custos sugerido, esse trabalho se propôs a estimular a discussão sobre o assunto de custos no órgão e no meio acadêmico. Por meio da investigação do tema no contexto do órgão é possível suscitar diversas questões que merecem atenção e aprofundamento, desde a implementação da contabilidade de custos, passando pela alimentação dos sistemas governamentais e os métodos de custeio. Tudo isso com o objetivo de, por meio da gestão de custos, melhorar a qualidade e a eficiência da aplicação de recursos e do serviço público oferecido à sociedade.

A PNADC é de extrema relevância para tomada de decisão no governo, para elaboração de orçamento e definição de políticas públicas, pois oferece um olhar sobre a conjuntura social e econômica do País por meio de informações populacionais, domiciliares e da força de trabalho. Portanto, é foco de esforços no Instituto e possui destaque no rol de divulgação de informações, especialmente por tratar da força de trabalho e ser amplamente citada todos os meses na imprensa. Esse estudo contribuiu em diversos níveis para o aprimoramento da pesquisa e de investigações futuras acerca do tópico.

O que se pode inferir desse trabalho e de todo o processo envolvido em seu desenvolvimento é que os sistemas de custos são de suma importância para o setor público. Isso é reforçado pelo fato de os recursos de arrecadação provenientes da sociedade terem de ser aplicados em prol do bem-estar dos cidadãos, o que implica numa gestão cuidadosamente direcionada à qualidade e à eficiência dos serviços públicos prestados. A PNADC, apesar de não entregar um serviço direto à população, desempenha papel central no conhecimento da realidade social demográfica que, por sua vez, fomenta as políticas públicas retroalimentando o sistema interligado que suporta a atuação governamental, assim como é o propósito do IBGE como órgão produtor de informações estatísticas e geográficas. Isso demonstra uma ligação entre os assuntos abordados ao longo do trabalho, pois a missão do IBGE é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania; assim também funciona o conhecimento de custos públicos, que permite a análise da destinação dos recursos para viabilizar o controle e o planejamento dessa aplicação no futuro. Portanto, inclusive quanto a todas as outras atividades da Administração Pública, as

informações de custos devem ser produzidas, analisadas e divulgadas de modo que governo e sociedade ajam conjuntamente no aprimoramento da atuação pública.

Especialmente quanto à PNADC e seus custos, é possível depreender que a falta de conhecimento dos assuntos acaba por elevar o consumo de recursos e causar dispersão dos esforços. Ao identificar o direcionamento dos gastos e os processos envolvidos, percebe-se os gargalos, os desperdícios, os excessos e as lacunas apresentadas nos procedimentos, nas aquisições, no planejamento das tarefas, na estimativa de pessoal, enfim, todos os aspectos da atividade ocorrem de modo mais orgânico e intuitivo, ainda, é claro, que a pesquisa siga critérios metodológicos rígidos e internacionalmente reconhecidos. As possíveis falhas não dizem respeito aos resultados e à qualidade da PNADC, mas aos meios a que se chega ao produto final; por isso as informações de custos mostram-se essenciais ao planejamento do IBGE e dos demais órgãos que lidam com recursos públicos.

Os trabalhos e estudos acerca da implantação dos sistemas de custos são uma crescente demanda, ainda que sejam incitados há bastante tempo: tanto a proximidade dos prazos legais quanto à recorrente e iminente escassez de recursos públicos pressionam o governo para a melhor gestão dos valores sob sua guarda. Ainda que haja pouca produção sobre o assunto, esse estudo instiga no meio acadêmico, mas também no IBGE como fruto da prática, a continuidade de buscas e investigações que levem ao ponto ideal de informatização e autonomia dos sistemas de custos no setor público, de modo a auxiliar na gestão, na transparência e no controle das ações do governo em todos os níveis.

Para estudos futuros, recomenda-se inicialmente um mapeamento de processos no IBGE. Já há alguns que estão mapeados e disponíveis em intranet. Porém, devido a amplitude e a complexidade da rede de trabalhos desenvolvidos pelo órgão, o retrato dos processos no órgão promovem o conhecimento necessário para planejamento, redesenho e melhoramento no desenvolvimento das atividades.

Também é indicado uma análise da coleta da PNADC do âmbito técnico da pesquisa, com análise da amostra, das regiões visitadas, do tempo de aplicação dos questionários, da taxa de falha nos domicílios visitados, entre outras. Concatenado com o levantamento de custos, essas informações traduzem-se em uma ferramenta de gestão mais completa no intuito de aperfeiçoar a pesquisa e a aplicação de recursos do órgão.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Marcos. Custos no serviço público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 1, p. 37-63, jan./mar. 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. **Decreto n. 1.527**, de 24 de março de 1937. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 24 mar. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1527-24-marco-1937-449842-republicacao-74463-pe.html>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Decreto n. 24.609**, de 6 de julho de 1934. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 6 jul. 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24609-6-julho-1934-515214-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Decreto-Lei n. 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 25 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Decreto-Lei n. 218**, de 26 de janeiro de 1938. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 26 jan. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-218-26-janeiro-1938-350934-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Lei n. 4.320**, de 17 de março de 1964. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 17 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Decreto n. 4.740**, de 13 de junho de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 13 jun. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4740.htm>. Acesso em: 8 maio 2017.

_____. **Lei n. 10.180**, de 6 de fevereiro de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 6 fev. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 4 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Portaria Interministerial n. 945**, de 26 de outubro de 2005. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 26 out. 2005. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=1467>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CARDOSO, Ricardo; AQUINO, André; BITTI, Eugênio. Reflexões para um framework da informação de custos do setor público brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1565-586, 2011.

CHING, Hong Yuh; SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da; FREIRE, Fátima de Souza. Gestão de custos na administração pública: estudo de casos do governo da Bahia e do Banco Central do Brasil. **Revista de Economia e Administração**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 262-284, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.2**: patrimônio e sistemas contábeis. Brasília: CFC, 2008.

_____. **NBC T 16.11**: sistema de informação de custos do setor público. Brasília: CFC, 2011.

DREHMER, Amanda Finck; RAUPP, Fabiano Maury. Origem e teor da produção do conhecimento com base em teses e dissertações nacionais sobre custos no setor público. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S. l.], v. 21, n. 69, p. 121-138, 2016.

FEIJÓ, Carmem; VALENTE, Elvio. As estatísticas oficiais e o interesse público. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 43-54, 2008.

FERRER, Florencia; LIMA, Cristian. **Gestão pública eficiente**: impactos econômicos de governos inovadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A instituição**. 2018b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/default.shtm>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: notas metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: PNAD contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

_____. **Plano estratégico 2017-2027**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Plano plurianual 2016-2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Rede de memória do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018d. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas.html>> Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. **Relatório de gestão 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

KAPPKE, Adriano Ernesto; SOUZA, Ângela Rozane Leal de. Sistema de informações do governo federal (SIC): um estudo da realidade brasileira e um comparativo com o sistema adotado em Portugal. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 202, p. 77-89, jul./ago. 2013.

KIM, Pan Suk et al. Toward participatory and transparent governance: report on the Sixth Global Forum on Reinventing Government. **Public Administration Review**, Washington, v. 65, n. 6, Nov./Dec. 2005.

LEONE, George Sebastião George. **Curso de contabilidade de custos: contém custeio ABC**. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 791-820, 2010.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINE, George et al. A PNAD: notas para uma avaliação. In: SAWYER, Diana Oya (Org.). **PNADs em foco: anos 80**. Belo Horizonte: Abep, p. 281-305, 1988.

MARTINEZ, Antônio Lopo; ALVES FILHO, Emilio Maltez. Requisitos funcionais de um sistema de informações para gestão de custos no setor público. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 79-99, abr./jun. 2011.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; ROCHA, Welington. **Métodos de custeio comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2010

MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antonio de. **Gestão de Custos Aplicados ao Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2008.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2002.

MIOLA, Cezar. **Custos na administração pública**. Porto Alegre: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

MONTEIRO, Geiziane Braga; RIBEIRO, Juliana Candida; FERREIRA, Joaquim Osório Liberalquino. Custos na Administração Pública: abordagem de inclusão social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 13. Belo Horizonte, 2006. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1754/1754>>. Acesso em: 20 maio 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso básico gerencial de custos**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

PATON, Claudécir; SCARPIN, Jorge Eduardo. Apuração do custo do aluno em instituição de ensino superior público. **REUNA**, v. 17, n. 2, p. 45-58, abr./jun. 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, p.76-97, 2006.

REIS, Luciano Gomes; RIBEIRO, Priscila Andreoni; SLOMSKI, Valmor. Custos no setor público: uma proposta de implementação de sistema de custeio. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Florianópolis, 2005. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1942/1942>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando; BEVILACQUA, Roberto. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 959-992, 2010.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando; CARDOSO, Ricardo Lopes. Custos no setor público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 789-790, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Clydemberg Barbosa; ALMEIDA, Karla Katiúscia Nóbrega. Análise introdutória das mudanças provocadas na contabilidade pública pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 2, n. 1, p. 21-38, 2012.

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana Jardim. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: AGE, 2006.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Comunicas: aba centro de custo**. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/626285/COMUNICAS.xlsx/65f1e13f-1ae5-47d5-9770-094b03d8d706>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

_____. **Manual SIAFI**. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/021000/021002>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

_____. **Portaria n. 157**, de 9 de março de 2011. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 9 mar. 2011. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/pmimf/frentes-de-atuacao/custos/download-de-arquivos/portstn_157_09mar2011.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SLOMSKI, Valmor. **Manual da contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Manual de contabilidade pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SLOMSKI, Valmor et al. A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 933-57, jul./ago. 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRAVASSOS, Cláudia; VIACAVA, Francisco; LAGUARDIA, José. Os suplementos saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, p. 98-112, 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão n. 1078**, de 1. de julho de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 jul. 2001. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CRELAC%5C20051206%5CGERAD O_TC-43154.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. **Generic statistical business process model**. [S. l. : s. n.], 2013. Disponível em: <<http://www1.unece.org/stat/platform/display/GSBPM/GSBPM+v5.0>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

VAZ, Bruno Ottoni Eloy; BARREIRA, Thiago Cabral. **Nota técnica: metodologia de retroposição da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua de 1992 a 2012**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2016.

ANEXO A - EXECUÇÃO POR PI 2017 (Continua)

PI	Natureza Despesa		Natureza Despesa Detalhada		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
AGROECOM	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	33901414	Diárias no país	541.507,81	533.519,85
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	115.056,66	115.056,66
			33903007	Ge ner os de alimentação	1.184,37	1.184,37
			33903016	Material de expediente	59,70	59,70
			33903021	Material de copa e cozinha	332,63	332,63
			33903022	Material de limpeza e prod. De higienização	7.355,61	7.355,61
			33903024	Material p/ manut. De bens imoveis/instalações	348,18	348,18
			33903025	Material p/ manutenção de bens moveis	42,00	42,00
			33903026	Material elétrico e eletrônico	630,79	630,79
			33903028	Material de proteção e segurança	3.319,44	3.319,44
			33903030	Material para comunicações	5,20	5,20
			33903059	Material para divulgação	40,00	40,00
	33903096	Material de consumo - pagto antecipado	11.270,00	11.270,00		
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	33903301	Passagens para o país	543,20	543,20
			33903303	Locação de meios de transporte	605.281,60	605.281,60
			33903305	Locomoção urbana	565,60	565,60
			33903308	Pedágios	67,20	67,20
			33903309	Transporte de servidores	1.980,00	1.980,00
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	33903396	Passagens e desp. c/ locomoção - pagto antecipado	2.892,40	2.892,40
			33903620	Manutenção e conserv. De veículos	60,00	60,00
			33903625	Serviços de limpeza e conservação	7.127,56	7.127,56
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33903696	Outros serv. de terceiros PF - pagto antecipado	5.960,00	5.960,00
			33903910	Locação de imoveis	1.300,00	1.300,00
33903912			Locação de maquinas e equipamentos	31.872,00	31.872,00	
			33903916	Manutenção e conserv. de bens imóveis	519,60	519,60

			33903917	Manut. e conserv. de máquinas e equipamentos	500,00	500,00
			33903918	Serviços de estacionamento de veículos	1.300,00	1.300,00
			33903919	Manutenção e conserv. De veículos	2.640,00	2.640,00
			33903920	Manut. E cons. de b. Móveis de outras naturezas	600,00	600,00
			33903922	Exposições, congressos e conferencias	63.760,00	63.760,00
			33903959	Serviços de áudio, video e foto	2.500,00	2.500,00
			33903961	Serviços de socorro e salvamento	4.700,00	4.700,00
			33903963	Serviços gráficos e editoriais	9.106,38	9.012,42
			33903977	Vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	440,00	440,00
			33903978	Limpeza e conservação	1.900,00	1.900,00
			33903983	Serviços de copias e reprodução de documentos	17.700,00	17.700,00
			33903996	Outros serv. de terceiros PJ - pagto antecipado	7.740,00	7.740,00
			33903997	Comunicação de dados	1.353,60	1.353,60
	339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	33914718	Providencialísticos	1.014,20	1.014,20
DDI	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33903959	Serviços de áudio, video e foto	13.800,00	13.800,00
FUNERAL.NAT	339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	33900803	Auxílio-funeral inativo civil	121.035,03	121.035,03
GEODESIA	339030	MATERIAL DE CONSUMO	33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	14.213,19	14.213,19
			33903011	Material químico	196,20	196,20
			33903017	Material de TIC - material de consumo	691,08	691,08
			33903019	Material de acondicionamento e embalagem	1.647,00	1.647,00
			33903022	Material de limpeza e prod. De higienização	28,00	28,00
			33903023	Uniformes, tecidos e aviamentos	6.462,50	6.462,50
			33903024	Material p/ manut. de bens imóveis/instalações	965,70	965,70

			33903026	Material elétrico e eletrônico	21,00	21,00	
			33903028	Material de proteção e segurança	229,72	229,72	
			33903039	Material p/ manutenção de veículos	640,00	640,00	
			33903042	Ferramentas	168,00	168,00	
			33903096	Material de consumo - pagto antecipado	10.100,00	10.100,00	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	33903301	Passagens para o pais	53,60	53,60	
			33903308	Pedágios	31,20	31,20	
			33903396	Passagens e desp. c/ locomoção - pagto antecipado	1.942,20	1.942,20	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33903978	Limpeza e conservação	640,00	640,00	
			33903996	Outros serv. de terceiros PJ - pagto antecipado	2.750,00	2.750,00	
GEOGRAFIA			33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.268,70	1.268,70	
			33903013	Material de caça e pesca	53,50	53,50	
			33903022	Material de limpeza e prod. De higienização	9,12	9,12	
			33903024	Material p/ manut. de bens imóveis/instalações	8,88	8,88	
			33903026	Material elétrico e eletrônico	103,50	103,50	
			33903028	Material de proteção e segurança	30,00	30,00	
			33903039	Material p/ manutenção de veículos	4.000,00	4.000,00	
			33903096	Material de consumo - pagto antecipado	2.000,00	2.000,00	
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	33903396	Passagens e desp. c/ locomoção - pagto antecipado	500,00	500,00
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	33903696	Outros serv. de terceiros PF- pagto antecipado	200,00	200,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33903996	Outros serv. de terceiros PJ- pagto antecipado	500,00	500,00
INFRA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	33901414	Diárias no pais	16.670,45	16.670,45	
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	33903007	Gêneros de alimentação	40.891,79	40.891,79	

			33903016	Material de expediente	38.762,75	38.762,75
			33903017	Material de TIC - material de consumo	8.374,40	8.374,40
			33903021	Material de copa e cozinha	87,90	
			33903025	Material p/ manutenção de bens moveis	49,90	49,90
			33903026	Material elétrico e eletrônico	2.398,80	2.398,80
			33903096	Material de consumo - pagto antecipado	0,00	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		33903301	Passagens para o pais	895,92	895,92
			33903396	Passagens e desp. c/ locomoção - pagto antecipado	224,00	224,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		33903601	Condomínios	274.089,96	274.019,96
			33903606	Serviços técnicos profissionais	300,00	300,00
			33903615	Locação de imoveis	2.062.253,81	2.050.481,75
			33903617	Tributos a conta do locatário ou cessionário	133.593,54	133.177,53
			33903625	Serviços de limpeza e conservação	578.450,00	578.450,00
			33903639	Fretes e transportes de encomendas	8.000,00	8.000,00
			33903647	Serviços de estacionamento de veículos PF	7.890,00	7.890,00
			33903669	Seguros em geral	553,60	553,60
			33903696	Outros serv. de terceiros PF - pagto antecipado	191.140,00	191.140,00

339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	33903701	Apoio administrativo, técnico e operacional	759.814,00	757.761,68
		33903702	Limpeza e conservação	802.876,68	801.871,95
		33903704	Manutenção e conservação de bens imóveis	34.249,12	34.014,54
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33903902	Condomínios	715.245,53	715.245,53
		33903910	Locação de imóveis	2.509.753,49	2.467.307,97
		33903912	Locação de máquinas e equipamentos	153.519,54	153.519,54
		33903915	Tributos a conta do locatário ou cessionário	172.329,76	172.329,76
		33903916	Manutenção e conserv. De bens imoveis	267.283,46	265.841,07
		33903917	Manut. E conserv. De maquinas e equipamentos	26.808,00	26.777,06
		33903918	Serviços de estacionamento de veículos	352.828,96	351.355,76
		33903920	Manut.e cons.de b.moveis de outras naturezas	17.160,00	17.160,00
		33903936	Multas indedutíveis	0,00	
		33903943	Serviços de energia elétrica	1.125.047,56	1.125.047,56
		33903944	Serviços de água e esgoto	49.053,45	49.053,45
		33903947	Serviços de comunicação em geral	228.893,80	228.893,80
		33903958	Serviços de telecomunicações	597.651,85	597.229,24
		33903963	Serviços gráficos e editoriais	24.996,00	24.996,00
		33903969	Seguros em geral	50.303,43	50.303,43
		33903974	Fretes e transportes de encomendas	11.000,00	11.000,00
33903977	Vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	112.871,00	112.551,38		
33903978	Limpeza e conservação	2.600,00	2.580,50		

			33903996	Outros serv. de terceiros PJ- pagto antecipado	800,00	800,00
			33903997	Comunicação de dados	2.634.590,82	2.634.590,82
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	33904710	Taxas	60.941,17	60.941,17
			33904716	Juros	22,53	22,53
			33904722	Contribuição p/ custeio de iluminação publica	167.642,27	167.642,27
			33904727	Multas indedutíveis	95,08	95,08
	339092	DESPEAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	33909236	Outros serviços de terceiros - pessoa física	959,42	959,42
			33909237	Locação de mão-de-obra	152.621,59	152.621,59
			33909239	Outros serviços de terceiros - PJ	470.036,64	470.036,64
			33909247	Obrigações tributarias e contributivas	1.484,00	1.484,00
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	33909302	Restituições	694,00	694,00
	339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	33914716	Juros	296,39	296,39
			33914718	Providencialísticos	133.763,50	133.763,50
			33914727	Multas indedutíveis	2.525,51	2.525,51
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	44905206	Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.965,75	4.965,75
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	33901414	Diárias no pais	866.163,08	865.939,22
PESQUISAS	339030	MATERIAL DE CONSUMO	33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.424.141,56	1.424.141,56
			33903003	Combustíveis e lubrif. P/ outras finalidades	662,20	662,20
			33903004	Gás e outros materiais engarrafados	3.934,70	3.934,70
			33903007	Gêneros de alimentação	52.797,61	52.797,61
			33903011	Material químico	2.153,69	2.153,69
			33903016	Material de expediente	3.026,61	3.026,61
			33903017	Material de TIC - material de consumo	735,90	735,90
			33903019	Material de acondicionamento e embalagem	39,60	39,60
			33903020	Material de cama, mesa e banho	1.361,88	1.361,88
			33903021	Material de copa e cozinha	1.656,74	1.656,74

		33903022	Material de limpeza e prod. De higienização	82.624,12	82.624,12
		33903024	Material p/ manut. De bens imoveis/instalações	12.052,65	12.052,65
		33903025	Material p/ manutenção de bens moveis	4.667,18	4.667,18
		33903026	Material elétrico e eletrônico	26.610,28	26.610,28
		33903028	Material de proteção e segurança	2.560,20	2.560,20
		33903030	Material para comunicações	450,42	450,42
		33903039	Material p/ manutenção de veículos	386.880,39	386.880,39
		33903042	Ferramentas	215,00	215,00
		33903044	Material de sinalização visual e outros	1.426,00	1.426,00
		33903096	Material de consumo - pagto antecipado	224.137,63	224.137,63
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	33903301	Passagens para o pais	25.557,27	25.557,27
		33903305	Locomoção urbana	211.285,85	211.285,85
		33903396	Passagens e desp. c /locomoção - pagto antecipado	145.937,23	145.937,23
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	33903617	Tributos a conta do locatário ou cessionário	52,96	52,96
		33903639	Fretes e transportes de encomendas	2.400,00	2.400,00
		33903696	Outros serv. de terceiros PF- pagto antecipado	2.600,00	2.600,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33903910	Locação de imoveis	9.200,00	9.200,00
		33903912	Locação de maquinas e equipamentos	6.480,00	6.480,00
		33903916	Manutenção e conserv. De bens imoveis	12.526,94	12.526,94
		33903917	Manut. E conserv. De maquinas e equipamentos	10.424,00	10.424,00
		33903918	Serviços de estacionamento de veículos	173.274,00	173.274,00
		33903919	Manutenção e conserv. De veículos	492.355,91	492.310,98
		33903920	Manut. E cons. de b. Móveis de outras naturezas	1.426,10	1.426,10

		33903922	Exposições, congressos e conferencias	4.396,49	4.396,49
		33903925	Taxa de administração	10.201,38	10.201,38
		33903936	Multas indedutíveis	12.502,20	12.502,20
		33903946	Serviços domésticos	600,00	600,00
		33903947	Serviços de comunicação em geral	315,00	315,00
		33903950	Serv. médico-hospital., odontol. E laboratoriais	500,00	500,00
		33903956	Serviços de tecnologia da informação	1.500,00	1.500,00
		33903959	Serviços de áudio, video e foto	665,50	665,50
		33903961	Serviços de socorro e salvamento	11.750,00	11.750,00
		33903963	Serviços gráficos e editoriais	2.808,15	2.808,15
		33903974	Fretes e transportes de encomendas	1.441,44	1.441,44
		33903978	Limpeza e conservação	44.030,00	44.030,00
		33903983	Serviços de copias e reprodução de documentos	3.729,93	3.729,93
		33903992	Serviços de publicidade institucional	4.200,00	4.200,00
		33903995	Manut. Cons. equip. De processamento de dados	880,00	880,00
		33903996	Outros serv. de terceiros PJ - pagto antecipado	200.255,20	200.255,20
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	33904708	Imposto s/ serviços de qualquer natureza - ISSQN	0,00
	339092	DESpesas DE EXERCICIOS ANTERIORES	33909233	Passagens e despesas com locomoção	29.016,36
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	33909301	Indenizações	1.242,06
			33909302	Restituições	4.808,76
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	33913936	Multas indedutíveis	12.328,04
	339192	DESpesas DE EXERCICIOS ANTERIORES	33919239	Serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.123,66
POFCONT	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	33901414	Diárias no país	380.197,83
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	5.452,61

		33903039	Material p/ manutenção de veículos	13.638,13	13.638,13
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	33903301	Passagens para o pais	14.092,56
			33903396	Passagens e desp. c/ locomoção - pagto antecipado	3.000,00
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33903922	Exposições, congressos e conferencias	26.806,85
Total				21.632.514,82	21.562.228,46

ANEXO B - CARGA DE TRABALHO UE-SC (Continua)

AGÊNCIA	PMC	PMS	SINAPI	PIMPF	IPP	MENSAIS	PAC	PAS	PIA	PRD	PAIC	ANUAIS	CNEFE	PNADC	POF	RC
ARARANGUÁ	132	156	12	132	96	528	113	94	120	116	17	460	39	2128	52	68
BLUMENAU	360	600	360	1140	1008	3468	452	496	725	660	88	2421	73	4480	154	52
BRUSQUE	168	216	120	408	72	984	176	165	390	318	47	1096	26	1568	25	40
CANOINHAS	240	96	12	168	36	552	125	100	89	86	13	413	38	2464	47	64
CHAPECÓ	252	300	108	372	240	1272	322	314	224	247	115	1222	49	2744	66	88
CONCÓRDIA	132	312	180	60	0	684	96	161	57	47	24	385	35	1792	17	64
CRICIÚMA	144	276	72	540	504	1536	228	278	334	314	61	1215	35	1952	74	40
CURITIBANOS	60	36	84	132	12	324	53	37	107	89	11	297	17	840	38	56
FLORIANÓPOLIS	564	1836	1452	168	84	4104	834	1352	293	194	248	2921	134	8400	282	148
ITAJAÍ	240	864	228	1032	516	2880	546	790	232	365	215	2148	73	4300	102	44
JARAGUÁ DO SUL	144	396	276	888	768	2472	224	242	435	440	36	1377	52	3080	115	32
JOAÇABA	96	516	12	192	84	900	104	143	82	91	16	436	40	1848	29	80
JOINVILLE	348	1272	396	828	456	3300	447	696	415	374	111	2043	63	3976	114	48
LAGES	132	180	72	228	36	648	155	142	82	59	27	465	36	2520	77	68
ORLEANS	24	72	0	216	72	384	71	66	117	108	15	377	13	784	17	40
PALMITOS	36	96	0	60	0	192	48	63	66	72	16	265	23	1176	33	68
RIO DO SUL	96	120	72	240	96	624	143	123	254	242	31	793	31	2016	75	104
SÃO LOURENÇO DO OESTE	36	12	0	72	36	156	28	31	48	39	11	157	13	960	68	60
SÃO MIGUEL DO OESTE	96	156	12	60	0	324	68	76	78	79	29	330	25	1344	28	76
TUBARÃO	132	264	36	156	72	660	197	209	197	148	57	808	54	2736	71	72
VIDEIRA	48	228	12	228	156	672	120	160	144	131	17	572	25	1568	39	64
UE-SC	3480	8004	3516	7320	4344	26664	4550	5738	4489	4219	1205	20201	894	52676	1523	1376

ANEXO B - CARGA DE TRABALHO UE-SC (Conclusão)

AGÊNCIA	DS	MUNIC	LSPA	POG	ABATE	LEITE	ESTOQ	PAM	PPM	PEVS	COURO	AGRO	GERAL	PROPORÇÃO PNADC	PROPORÇÃO AG FPOLIS
ARARANGUÁ	104	15	60	4	20	4	48	15	15	15	4	185	3579	59,46%	
BLUMENAU	112	11	44	8	56	20	14	11	11	11	0	175	10946	40,93%	
BRUSQUE	60	8	32	0	0	8	4	8	8	8	0	68	3875	40,46%	
CANOINHAS	108	11	44	16	12	16	92	11	11	11	4	217	3914	62,95%	
CHAPECÓ	116	20	80	232	128	36	118	20	20	20	0	654	6231	44,04%	
CONCÓRDIA	92	16	64	8	48	52	58	16	16	16	0	278	3363	53,29%	
CRICIÚMA	60	9	36	112	8	24	38	9	9	9	0	245	5166	37,79%	
CURITIBANOS	80	13	52	16	16	16	28	13	13	13	0	167	1832	45,85%	
FLORIANÓPOLIS	224	16	64	8	28	28	8	16	16	16	0	184	16413	51,18%	14,82%
ITAJAÍ	88	11	44	12	36	32	70	11	11	11	0	227	9873	43,55%	
JARAGUÁ DO SUL	72	8	32	0	32	16	32	8	8	8	4	140	7348	41,92%	
JOAÇABA	116	19	76	20	24	12	46	19	19	19	0	235	3703	49,91%	
JOINVILLE	100	8	32	12	12	0	12	8	8	8	0	92	9744	40,80%	
LAGES	128	17	68	4	20	0	24	17	17	17	0	167	4126	61,08%	
ORLEANS	60	8	32	140	88	32	6	8	8	8	0	322	2005	39,10%	
PALMITOS	96	17	68	32	20	28	38	17	17	17	0	237	2107	55,81%	
RIO DO SUL	152	23	92	0	76	108	40	23	23	23	4	389	4207	47,92%	
SÃO LOURENÇO DO OESTE	80	19	76	0	44	60	96	19	19	19	0	333	1846	52,00%	
SÃO MIGUEL DO OESTE	104	19	76	56	40	60	16	19	19	19	0	305	2555	52,60%	
TUBARÃO	112	13	52	4	52	16	18	13	13	13	0	181	4707	58,13%	
VIDEIRA	104	14	56	0	16	0	18	14	14	14	0	132	3190	49,15%	
UE-SC	2168	295	1180	684	776	568	824	295	295	295	16	4933	110730	47,57%	